

NOVA ESPERANÇA

Levantamento da Result Pesquisas analisa a gestão municipal e o cenário eleitoral

Uma pesquisa de opinião pública realizada pela Result Pesquisas e Marketing trouxe um retrato detalhado da percepção dos moradores de Nova Esperança sobre a administração municipal. O levantamento ouviu moradores de diferentes perfis e avaliou o desempenho da gestão em áreas essenciais do serviço público, além de aferir o posicionamento do eleitorado em relação ao cenário político, oferecendo um panorama abrangente sobre a avaliação administrativa e as tendências do debate eleitoral no município.

Página 3



Foto: Ilustrativa/IA

Levantamento em Nova Esperança mostra a avaliação da administração do Prefeito Eduardo Pasquini e lideranças consolidadas nas intenções de voto para presidente e governador

Veículo fica destruído após sair da pista e colidir contra poste em rodovia estadual da região

PÁG. 3

Cresol Pioneira celebra formaturas de projetos educacionais e impulsiona o futuro de quase 1.800 alunos no Paraná

PÁG. 8

ENTRELINHAS

Julieta

PÁG. 2

EXPONDO IDEIAS

Antidemocracia e Destruição do Espaço Público

PÁG. 2

PROFESSORES DE NOVA ESPERANÇA ENTRAM EM ESTADO DE GREVE APÓS MUDANÇAS NO PLANO DE CARREIRA

Na segunda-feira, 8 de dezembro de 2025, foi protocolado na Câmara Municipal de Nova Esperança o Projeto de Lei nº 74/2025, que altera de forma profunda o **Plano de Carreira do Magistério Municipal**. O projeto reduziu os percentuais de progressão na carreira dos professores, que passaram de 6% para 3%, impactando diretamente a valorização profissional e o futuro salarial da categoria.

O projeto tramitou de forma rápida. Em poucos dias, foram convocadas **sessões extraordinárias realizadas em horário de trabalho dos professores**, o que dificultou a participação da categoria nas discussões e impediu que muitos profissionais acompanhassem ou se manifestassem sobre a proposta.

Segundo o **Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Esperança, Uniflor e Presidente Castelo Branco (SISMUNE)**, não houve diálogo prévio com os professores nem apresentação de estudos técnicos, jurídicos ou financeiros que justificassem a mudança. A Administração se restringiu a convocar as diretoras para reunião, mais como uma forma de pressão do que esclarecimentos, sobretudo se considerado que O SISMUNE é quem detém legiti-

midade para representar a categoria.

Impacto direto na carreira

De acordo com o sindicato, as alterações tornam a progressão praticamente inviável. Um exemplo citado mostra que, antes da alteração do plano, após 30 anos de trabalho uma professora atingiria o topo da carreira. Com a nova regra, o topo da carreira somente será atingido após **80 anos de tempo de serviço, com salário inferior ao anteriormente previsto**, fazendo com que o último nível da carreira se torna algo distante da realidade da maioria dos profissionais.

FUNDEB não justifica retirada de direitos

O SISMUNE também contesta a afirmação de que a valorização do magistério impediria reajustes para outras categorias. Segundo o sindicato, os salários dos professores são custeados majoritariamente pelo FUNDEB, recurso que é exclusivo da educação e não pode ser utilizado para outras áreas.

Além disso, a legislação exige que, no mínimo, 70% do FUNDEB sejam destinados à remuneração dos profissionais da educação — o que não impede que o município aplique percentuais maiores. Municípios que priorizam a educação, segundo o sindicato, utilizam

100% dos recursos do fundo e realizam complementações quando necessário.

Estado de greve

Diante da situação, em assembleia realizada no dia 10 de dezembro, os professores deliberaram pela decretação de estado de greve. A medida não significa paralisação imediata, mas é um alerta e uma forma de pressão para que a administração municipal abra negociação com a categoria.

O sindicato protocolou ofício solicitando reunião com o Executivo para discutir a retomada dos percentuais de progressão e a preservação do plano de carreira, reforçando que o diálogo é o caminho para evitar prejuízos à educação e aos alunos.

Contudo, **além de não se dispor ao diálogo, o ofício apresentou tom de ameaça a direitos, caso ocorra paralisação**, violando o direito constitucional de greve assegurado a todos os trabalhadores, inclusive servidores públicos.

Pedido de apoio da população

O SISMUNE afirma que não é aceitável retirar direitos de uma categoria para justificar ajustes em outras áreas e que eventuais cortes de despesas deveriam começar por cargos comissionados e excessos administrativos, e não pela educação.

Por fim, o sindicato pede o apoio da população de Nova Esperança, destacando que a valorização dos professores é essencial para garantir uma educação pública de qualidade e para respeitar conquistas obtidas ao longo de anos de luta.

SISMUNE

Prefeitura Esclarece: nenhum professor teve salário reduzido em Nova Esperança.

A Prefeitura de Nova Esperança esclarece que os ajustes aprovados no Plano de Carreira do Magistério foram necessários para manter o equilíbrio financeiro e garantir a continuidade dos serviços públicos.

Hoje, os profissionais do magistério representam cerca de **22,75% dos servidores**, mas correspondem a aproximadamente **42% da folha de pagamento**. Além disso, o Município utiliza **92,47% dos recursos do FUNDEB** para pagar o magistério, valor acima do mínimo exigido por lei, o que gerou um gasto cerca de **R\$ 3,8 milhões maior** que o previsto, reduzindo a capacidade de investir em outras melhorias na educação.

Diante disso, a Prefeitura realizou ajustes responsáveis, reforçando que:

- Nenhum salário foi reduzido;
- Nenhum direito foi retirado;
- O piso nacional do magistério continua garantido.

A Administração reafirma seu compromisso com a educação, a valorização dos servidores e a gestão transparente.



Continua pág. 2

Projeto Adolescente Aprendiz forma jovens para o mercado de trabalho

PÁG. 3

Continua pág. 2





Atenção!
Nota de falecimento.
Faleceu hoje, logo no começo da manhã, o Plano de carreira dos Professores de Nova Esperança. A data foi dia 12 de dezembro do ano de 2025 e o local do óbito foi a câmara dos vereadores. Dois vereadores tentaram evitar essa morte, mas não tinha ninguém que os ajudassem, e cruelmente, a carreira dos professores ficou indefesa e sucumbiu. Foram 7 votos que levaram muitos educadores a viver esse luto pela Educação. Esse dia jamais será esquecido. 12/12/2025

E...
Quando Nova Esperança chora -
coincidentemente ou talvez não -
no mesmo dia em que ergueram as mãos para votar contra os professores,
o céu também se levantou, ao final da tarde, quando por mais um dia o professor cumpriu com maestria sua missão, entregando aos seus alunos, sorrisos, carinho e alegria, mesmo sangrando o seu coração.

Coincidência ou não,
o ecoar do trovão,
o cair da chuva...
é como se o céu se unisse a nossa voz...
numa chuva torrencial...
levando também as nossas lágrimas,
Espalhando-as pela cidade,

para que todos pudessem ver, quem sabe mais pessoas se compadecessem e da Educação tenham piedade...

Pois, enquanto 2 votos por nós lutavam, 7 assinavam a desvalorização...
E o professor trabalhando...
Não podendo nem chorar, pois seu aluno o olhava e seu sorriso esperava, guardou até o final do dia essa dor...

E ao chegar o final do dia, e do ponto registrar, os céus rompiam em trovões como quem denuncia a injustiça que a terra se recusou a ouvir,
mas lá do Céu tem um Deus a nos olhar...

Nova Esperança chora...
Enquanto a chuva cai...
Mas as águas que começaram a molhar a nossa cidade nessa tarde, não foi só da chuva...
Se misturaram com as lágrimas dos professores...
E escorrem pelas ruas...
São lágrimas de professores feridos, desfeitos, contraditos, humilhados, ironizados, desvalorizados...

Os professores, que dão o melhor de si —
que estudam madrugada adentro, que preparam aulas no domingo, que corrigem provas no silêncio da noite, que fazem especializações, cursos, pós...
sem ganhar por isso, mas pagando com o próprio cansaço e salário — viram, naquele instante, seu esforço reduzido a números frios, a cortes, a salários diminuídos como se ensinar fosse um favor e não a base de um país inteiro.

O professor chora.
Não de fraqueza, mas de exaustão.
De ver o seu valor medido por quem nunca entrou em uma sala de aula com 30 almas esperando por direção.

A chuva desse dia não foi acaso.
Foi eco.
Foi símbolo.
Foi o céu dizendo aquilo que muitos não tiveram coragem de dizer:

“Eu vejo vocês.”

E assim caiu dos céus um choro torrencial, tão profundo quanto o que vinha do coração de cada educador.

Trovões como gritos.
Relâmpagos como cicatrizes.
Chuvas como lágrimas.

Porque naquele dia, em Nova Esperança, os céus representaram o pranto dos professores, seus ais, sua dor, seu não-dito, seu sempre-feito e nunca-reconhecido.

E mesmo assim — mesmo feridos — são eles que amanhã voltarão a erguer o futuro com as mãos que hoje tremem de injustiça.

Porque a educação pode chorar, mas nunca deixa de semear.

Autoria: Professora Maria Aparecida Freitas Santos
Alguém que ama a educação, como **TODO** professor. Pois ensinar é muito mais que uma escolha. É um dom... Não acaba como um mandato de 4 anos... Dura para sempre naquele que aprendeu com aquele que ensinou...

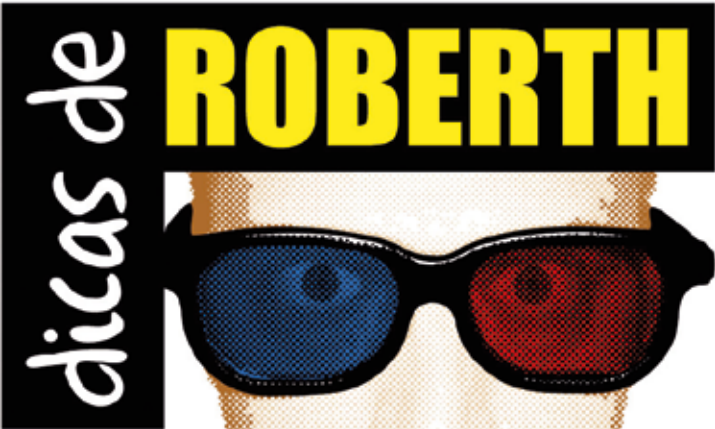
PREFEITURA ESCLARECE: NENHUM PROFESSOR TEVE SALÁRIO REDUZIDO EM NOVA ESPERANÇA!

O Município de Nova Esperança esclarece que a aprovação do Projeto de Lei que altera o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Municipal foi feita de forma responsável e necessária. A medida visa garantir a sustentabilidade financeira do Município e a continuidade dos serviços públicos, após análise técnica que identificou desequilíbrio na política remuneratória, capaz de comprometer o sistema educacional e outros serviços a médio e longo prazo. Os dados oficiais indicam que os profissionais do magistério representam cerca de 22,75% do total de servidores estatutários do Município, mas respondem por aproximadamente 42% de toda a folha de pagamento. A média salarial do magistério é quase 85% superior à média dos demais servidores públicos municipais, considerando apenas o vencimento básico. A atual estrutura da carreira permite remunerações elevadas dentro da administração pública, evidenciando distorções históricas no modelo de progressão.

Atualmente, o Município utiliza 92,47% dos recursos do FUNDEB para pagar o magistério, bem acima do mínimo legal de 70%. De janeiro a outubro, a lei previa que fossem aplicados R\$ 12.007.910,03, mas, devido às regras do atual Plano de Carreira, foram gastos R\$ 15.845.106,87. Ou seja, houve um excesso de R\$ 3.837.196,84 destinados exclusivamente à folha de pagamento do magistério. Esse uso elevado de recursos reduz a capacidade do Município de investir em infraestrutura escolar, materiais pedagógicos, capacitação dos próprios professores e outras políticas educacionais importantes. Soma-se a esse contexto o fato de que o piso nacional do magistério acumulou crescimento de 163,14% desde 2009, percentual que supera amplamente a inflação registrada no período de 92,51%. A legislação federal assegura o piso salarial, mas não impõe reajustes automáticos a todos os níveis da carreira, conforme entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Fede-

ral e pelos órgãos de controle. Diante desse cenário, a Administração Municipal atuou com responsabilidade, coragem e transparência para corrigir distorções que comprometiam o equilíbrio financeiro. O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério continua vivo, vigente e preservado em sua essência, com ajustes necessários à sua continuidade, garantindo que permaneça de forma sustentável, equilibrada e compatível com a realidade financeira do Município, evitando medidas mais drásticas no futuro. A Prefeitura reafirma seu compromisso com educação de qualidade, valorização dos servidores e gestão responsável e transparente, e esclarece que: **NENHUM VENCIMENTO FOI REDUZIDO, NENHUM DIREITO ADQUIRIDO FOI SUPRIMIDO E O PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO PERMANECE INTEGRALMENTE GARANTIDO.** *Prefeitura Municipal de Nova Esperança*

o blog mais cult do brasil...



conheça em dicasderobertb.blogspot.com

Gatos para te curar



Uma obra tão bela do Japão que nos faz se emocionar e querer conhecer ainda mais a terra do sol nascente, venha para este momento de silenciar o coração e se apaixonar por gatos ao luar. Mandamos um grande abraço as famílias nipônicas de Nova Esperança e região que sempre acolhem nossa coluna com muito carinho, parabéns.

Colunista

Roberth Fabris é crítico de cinema e artes, Mestre em Letras, arte educador, autor da obra aclamada pela crítica e público O Retorno do Pequeno Príncipe, e da obra prima Xequê Mate, que agrada gregos e troianos, e idealizador do projeto cultural Mundo Geek e do Dicas de Roberth o canal com mais de cinco mil vídeos para você e sua família se divertirem. Para feiras literárias, eventos, livros autografados, palestras, bate papo e lançamentos com o autor e youtuber cultural entre em contato roberthfabris@gmail.com

A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste



Julieta

O texto dessa semana é para que todas nós, mulheres, jamais esqueçamos que somos alvo constante.

Julieta,

Nossos olhos nunca se cruzaram mas vejo as flores que caíam por onde passavas
Meu nariz jamais sentiu teu cheiro mas o perfume de tua presença sorvia os pensamentos meus

Em tempo algum ouvi tua voz mas reconheço o brilho da tua risada
As palavras que profes-sastes

Professora **Jacilene Cruz** une as linhas de costura às dos cadernos e traz crônicas e poemas que ultrapassam regiões.

A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste



Antidemocracia e Destruição do Espaço Público


Saudações caríssimas e caríssimos leitoras e (es). Quando escrevi este novo texto, na Câmara dos deputados, foi palco de uma transgressão sem precedentes para o nosso momento democrático. Não me concentrei no motivo dos fatos, mas o como estes aconteceram. Com violência praticada, contra deputados de diferentes posições ideológicas ao do presidente da câmara. Violência física, que também afetou a imprensa, expulsa do local de votação. A votação ocorreu em altas horas, como que intencionando-se esconder alguma coisa do público. A Câmara de deputados, se apresenta ou deveria se apresentar, enquanto um espaço público de debates, para votação de leis e resoluções, para o conjunto do povo e não para indivíduos e suas necessidades particulares. São estes os piores exemplos de agressões antidemocráticas e destruição do espaço público. Neste contexto, não podemos aceitar, na condição de cidadãos, tal situação e por este motivo, devemos exercer o nosso direito de participar do espaço público, visando fortalecer e manter a democracia.

Rogério Luís da Rocha Seixas é Biólogo e Filósofo
Docente em Filosofia, Direitos Humanos e Racismo
Pesquisador do Grupo Bildung/IFPR
e-mail: rogeriosrjb@gmail.com

A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste

Os arquivos foram enviados pelo município e publicados da sua maneira original, sem qualquer alteração ou redução no tamanho da fonte.

ANEXO II																											
(Anexo IV da Lei nº 2.191, de 30 de novembro de 2011)																											
CARGOS: Professor, Professor de Educação Infantil, Pedagogo, Psicopedagogo e Orientador Educacional																											
JORNADA: 20 horas semanais																											
Class	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9	Nível 10	Nível 11	Nível 12	Nível 13	Nível 14	Nível 15	Nível 16	Nível 17	Nível 18	Nível 19	Nível 20	Nível 21	Nível 22	Nível 23	Nível 24	Nível 25	Nível 26	Nível 27
Class	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS
A	1.680,00	1.732,00	1.786,00	1.842,00	1.899,00	1.957,00	2.016,00	2.076,00	2.137,00	2.199,00	2.262,00	2.326,00	2.391,00	2.457,00	2.524,00	2.592,00	2.661,00	2.731,00	2.802,00	2.874,00	2.947,00	3.021,00	3.096,00	3.172,00	3.249,00	3.327,00	3.406,00
B	1.216,00	1.248,00	1.281,00	1.314,00	1.347,00	1.380,00	1.413,00	1.446,00	1.479,00	1.512,00	1.545,00	1.578,00	1.611,00	1.644,00	1.677,00	1.710,00	1.743,00	1.776,00	1.809,00	1.842,00	1.875,00	1.908,00	1.941,00	1.974,00	2.007,00	2.040,00	2.073,00
C	5.537,00	5.672,00	5.807,00	5.942,00	6.077,00	6.212,00	6.347,00	6.482,00	6.617,00	6.752,00	6.887,00	7.022,00	7.157,00	7.292,00	7.427,00	7.562,00	7.697,00	7.832,00	7.967,00	8.102,00	8.237,00	8.372,00	8.507,00	8.642,00	8.777,00	8.912,00	9.047,00
D	1.537,00	1.572,00	1.607,00	1.642,00	1.677,00	1.712,00	1.747,00	1.782,00	1.817,00	1.852,00	1.887,00	1.922,00	1.957,00	1.992,00	2.027,00	2.062,00	2.097,00	2.132,00	2.167,00	2.202,00	2.237,00	2.272,00	2.307,00	2.342,00	2.377,00	2.412,00	2.447,00
Class	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS
E	3.884,00	3.924,00	3.964,00	3.994,00	3.994,00	3.994,00	3.994,00	3.994,00	3.994,00	3.994,00	3.994,00	3.994,00	3.994,00	3.994,00	3.994,00	3.994,00	3.994,00	3.994,00	3.994,00	3.994,00	3.994,00	3.994,00	3.994,00	3.994,00	3.994,00	3.994,00	3.994,00
F	4.180,00	4.200,00	4.220,00	4.240,00	4.260,00	4.280,00	4.300,00	4.320,00	4.340,00	4.360,00	4.380,00	4.400,00	4.420,00	4.440,00	4.460,00	4.480,00	4.500,00	4.520,00	4.540,00	4.560,00	4.580,00	4.600,00	4.620,00	4.640,00	4.660,00	4.680,00	4.700,00
G	5.938,00	6.038,00	6.138,00	6.238,00	6.338,00	6.438,00	6.538,00	6.638,00	6.738,00	6.838,00	6.938,00	7.038,00	7.138,00	7.238,00	7.338,00	7.438,00	7.538,00	7.638,00	7.738,00	7.838,00	7.938,00	8.03					



**REPÚBLICA
PARANÁ**

PREFETURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (41) 3252-4545

CNPJ 08.757.709/0000-01 | www.novapesperanca.pr.gov.br

Contato: 2025-2028

PORTARIA Nº 17.285, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a aplicação de penalidade à servidora pública municipal em decorrência do Processo Administrativo Disciplinar (PAD) nº 001/2025 e de outras providências.

O **PREFETO DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 75, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal (LOM);

CONSIDERANDO o relatório final apresentado pela Comissão do Processo Administrativo Disciplinar (PAD) nº 001/2025, instaurado por meio da Portaria nº 17.040, de 21 de agosto de 2025, em face da servidora pública municipal **Natalia Zanatta da Silva Zag**, conforme disposto na Lei Complementar nº 2.514, de 23 de março de 2016;

CONSIDERANDO a análise e os fundamentos legais que sustentam a decisão de aplicação da penalidade prevista na legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º **Acatar** o relatório elaborado pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) nº 001/2025 e aplicar à servidora pública municipal **Natalia Zanatta da Silva Zag**, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, matrícula nº 3896, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a penalidade de **Suspensão**, pelo prazo de 90 (noventa) dias, com base no art. 17, inciso II, IV e V c/c §1º da Lei Complementar nº 2.514, de 23 de março de 2016.

§1º A penalidade de suspensão terá início após o término do período de gozo das férias coletivas do magistério.

§2º A servidora ora suspensa permanecerá, no período de suspensão, nos atos e vantagens e os direitos decorrentes do exercício do cargo, conforme disposto no § 4º do art. 17 da Lei Complementar nº 2.514, de 23 de março de 2016.

Art. 2º **Determinar** ao Departamento de Gestão de Pessoas que a penalidade aplicada seja registrada na ficha funcional da servidora.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, aos QUINZE (15) DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO (12), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (2025).

(Assinado digitalmente)

JOÃO EDUARDO PASQUINI

Prefeito Municipal

(Assinado digitalmente)

LUCIANA CIRIUN

Secretária Municipal de Administração

Assinado digitalmente em 15/12/2025 às 14:05:12 por [Assinatura]

Assinado digitalmente em 15/12/2025 às 14:05:12 por [Assinatura]

Assinado digitalmente em 15/12/2025 às 14:05:12 por [Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
Av. Rocha Pombo, 4553 - Fone (41) 3252-4545
CNPJ nº 07.750.694/00009-09 | www.novaesperanca.pr.gov.br

Gerência 2020-2028

PORTARIA N.º 17.286, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Concede Licença para fins de Tratamento de Saúde.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 75, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal (LOM);

CONSIDERANDO o que foi solicitado por meio do sistema informatizado (Memorando nº 16.244/2025), em conformidade com o disposto no art. 137 da Lei Municipal Complementar n.º 2.510, de 23 de março 2016 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Esperança, Estado do Paraná;

RESOLVE:

Art. 1.º **Conceder** à servidora pública municipal abaixo relacionada, **Licença para fins de Tratamento de Saúde**, conforme estabelece a legislação vigente, mediante a apresentação de Atestado Médico, a saber:

Nome	Cargo	Lotação	Período
Camila Zamboni Oliveira	Psicólogo	Secretaria de Assistência Social	25/11/2025 a 29/12/2025

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos à data da licença.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.


PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOZ QUINZE (15) DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO (12), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (2025).

(Assinado digitalmente)

JOÃO EDUARDO PASQUINI
Prefeito Municipal

(Assinado digitalmente)

LUCIANA CIORLIN
Secretária Municipal de Administração

			PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA – PR Av. Rocha Pombo, 4453 - Fone (44) 3252-4545 CNPJ: 75.730.994/0001-09 www.novaesperanca.pr.gov.br Desabio 2025-2028
<p>A Prefeitura Municipal de Nova Esperança e a Secretaria Municipal de Educação, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais; e, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.161, de 15 de setembro de 2011;</p>			
<p>RESOLVE:</p>			
<p>I PUBLICAR, a Homologação das inscrições do Processo Seletivo Público Simplificado, referente ao Edital nº 004/2025, destinado a contratação emergencial por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público para as vagas de Professor, Professor de Educação Infantil, Professor de Educação Física, Professor de Língua Estrangeira Moderna (Inglês), Pedagogo e Fonoaudiólogo.</p>			
<p>PROFESSOR</p>			
NOME	CPF/MF	RESULTADO	
Acenel Ferreira dos Santos de Souza	***.366.329.**	Deferido	
Adriana Aparecida Machado da Silva	***.979.459.**	Deferido	
Adriana de Souza Fontinhas Laureano	***.442.419.**	Deferido	
Aldineia Bonfim de Faria dos Santos	***.769.669.**	Deferido	
Aleizze Francielli de Souza Garcia	***.419.309.**	Deferido	
Alessandra Rodrigues Leopoldino	***.513.399.**	Deferido	
Alice Harumi Sakurai Ferreira	***.494.972.**	Deferido	
Ana Carolina Ferreira Leite	***.157.589.**	Deferido	
Ana Paula de Oliveira Ruas	***.796.669.**	Deferido	
Andressa Carraro Nagatoshi	***.274.169.**	Deferido	
Andressa Costa Silva	***.891.949.**	Deferido	
Bárbara Roberta de Souza Ferreira	***.980.169.**	Deferido	
Bruna de Jesus Cunha	***.152.369.**	Deferido	
Cleide Aparecida Bocarite Dias	***.269.909.**	Deferido	
Cristiana Sanches Castanheiro	***.055.399.**	Deferido	
Cristielle dos Reis Fim	***.547.689.**	Deferido	
Dalaine Francisca Torrente	***.399.058.**	Deferido	

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR			
Av. Rocha Pombo, 453 - Fone (44) 3252-4545			
CNPJ 15.738.994/0001-09 www.novoesperanca.pr.gov.br			
Geleão 2025-2028			
Daiane Fernandes Romanze	*** 877.229. **	Deferido	
Devanilda Lopes de Freitas	*** 855.089. **	Deferido	
Elaine Rodrigues	*** 864.156**	Deferido	
Elaine Ramos de Almeida da Silva	*** 417.716. **	Deferido	
Elindaura Soares Lima Mangolim	*** 105.076. **	Deferido	
Ella Antonieta Demarchi Ribeiro	*** 161.279. **	Deferido	
Elizana Enz Alcantara	*** 845.939. **	Deferido	
Erica Vicari Gonçalves	*** 317.199. **	Deferido	
Eva Lúcia Marquella de Lima	*** 886.878. **	Deferido	
Fernanda Azeitha Faccin Fontinhas	*** 629.929. **	Deferido	
Fernanda Fernandes Espindola	*** 321.609. **	Deferido	
Franciele Regina Sachí Maciel	*** 464.089. **	Deferido	
Gabriel Santos Gabriel Beltramo	*** 222.939. **	Deferido	
Giuliana da Luz Cornélio	*** 445.809. **	Deferido	
Giuliane Simone dos Santos	*** 823.039. **	Deferido	
Graziela Dias Ferreira	*** 085.779. **	Deferido	
Gracely Patricia Camargo Francisco	*** 306.089. **	Deferido	
Índira Kiklia do Bem Santos Zorido	*** 855.361. **	Deferido	
Ivanilda Almeida dos Santos	*** 679.649. **	Deferido	
Ivanilda Martinatti Santander	*** 049.349. **	Deferido	
Jessica Moura Ferraz	*** 183.838. **	Deferido	
Joselinda da Silva	*** 347.769. **	Deferido	
Joseli Cristina Roque de Souza	*** 884.479. **	Deferido	
Juliana de Fatima Cardoso Passos	*** 556.679. **	Deferido	
Juliana Matias da Silva de Oliveira	*** 708.699. **	Deferido	
Karolina Rosa Dias	*** 089.319. **	Deferido	
Lara Gabriele Ruocco Romanze	*** 511.689. **	Deferido	

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR			
Av. Rocha Pombo, 453 - Fone (44) 3252-4545			
CNPJ 15.738.994/0001-09 www.novoesperanca.pr.gov.br			
Geleão 2025-2028			
Paula Maria da Silva	*** 934.069. **	Deferido	
Patricia Santana Araruna	*** 190.378. **	Deferido	
Priscila Rodrigues dos Santos Dias	*** 753.329. **	Deferido	
Quetileine Palmieri	*** 139.769. **	Deferido	
Quilcia Raquel de Oliveira	*** 119.189. **	Deferido	
Raquel Lima da Silva	*** 078.679. **	Deferido	
Regiana Conti dos Santos	*** 884.999. **	Deferido	
Regina Alves de Oliveira Souza	*** 956.009. **	Deferido	
Rosa Maria Vias Rosa	*** 315.029. **	Deferido	
Rosimeire Aparecida Quimpa Oliveira	*** 420.999. **	Deferido	
Sandra Mara da Silva	*** 379.768. **	Deferido	
Santa Rodrigues de Oliveira	*** 819.029. **	Deferido	
Suelen Battoni	*** 853.369. **	Deferido	
Suelen Rodrigues dos Santos Moro	*** 751.349. **	Deferido	
Tania Alves Ribeiro Braz	*** 290.359. **	Deferido	
Vanessa Domiciario Gomes	*** 750.859. **	Deferido	
Vanessa Mayra Bonfim	*** 785.949. **	Deferido	
Vera Lucia Ferreira da Silva Arnaut	*** 765.449. **	Deferido	

Professor de Educação Física		
Ampla Concorrência (AC)		
NOME	CPF/MF	RESULTADO
Ellen Jessica Fracari	*** 010.039. **	Deferido
Geovana Silva Medeiros	*** 888.079. **	Deferido
Guilherme Bertolin Silva	*** 127.089. **	Deferido
Lucia Cleonice de Souza dos Santos	*** 109.229. **	Deferido

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR			
Av. Rocha Pombo, 453 - Fone (44) 3252-4545			
CNPJ 15.738.994/0001-09 www.novoesperanca.pr.gov.br			
Geleão 2025-2028			
17ª	Sueli Correia da Silva	*** 038.379. **	70
18ª	Maria José dos Santos	*** 385.579. **	70
19ª	Rosimeire Inácio da Silva Fracaroli	*** 639.549. **	70
20ª	Regiane Simão Dias Pinzan	*** 094.839. **	70
21ª	Erica Vicari Gonçalves	*** 317.199. **	70
22ª	Rubia Lorali Frantini	*** 103.269. **	65
23ª	Elis Antonieta Demarchi Ribeiro	*** 561.279. **	60
24ª	Juliane de Fatima Cardoso Passos	*** 556.679. **	60
25ª	Michelle Barbosa dos Santos Franzoni	*** 989.999. **	60
26ª	Adriana Aparecida Machado da Silva	*** 979.459. **	55
27ª	Patricia dos Santos	*** 707.019. **	55
28ª	Daiane Fernandes Romanze	*** 877.299. **	55
29ª	Lara Gabriele Ruocco Romanze	*** 511.689. **	55
30ª	Leda Maria da Silva Marins	*** 975.808. **	55
31ª	Cristiane Sanches Castanho	*** 055.399. **	50
32ª	Giuliane Simone dos Santos	*** 823.039. **	50
33ª	Joselinda da Silva	*** 347.769. **	50
34ª	Verônica Maiera Silva dos Santos	*** 695.099. **	50
35ª	Eva Lucia Marquella de Lima	*** 886.878. **	45
36ª	Ivanilda Almeida dos Santos	*** 679.649. **	45
37ª	Índira Kiklia do Bem Santos Zorido	*** 855.361. **	45
38ª	Mayara Aparecida Gedolin Lobato	*** 364.129. **	45
39ª	Tayná Caroline Goes dos Santos	*** 917.949. **	45
40ª	Valéria Viviane Bianchi	*** 947.939. **	40
41ª	Rosimeire Aparecida de Souza Marins	*** 002.899. **	40
42ª	Mari Rosa Ibanetz	*** 917.109. **	40
43ª	Andressa Costa Silva	*** 891.949. **	40

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR			
Av. Rocha Pombo, 453 - Fone (44) 3252-4545			
CNPJ 15.738.994/0001-09 www.novoesperanca.pr.gov.br			
Geleão 2025-2028			
55ª	Paula Aparecida Oliveira de Souza	*** 734.509. **	20
56ª	Bruna Letícia Pereira Reginato Dolphine Alves	*** 004.539. **	15
57ª	Rosa Maria Vias Rosa	*** 315.029. **	10
58ª	Sandra Mara da Silva	*** 379.768. **	10
59ª	Elaine Cristina de Souza Castilho	*** 801.688. **	10
60ª	Grazieli Tolim Davoglio	*** 341.369. **	10
61ª	Emarielen Priscila de Freitas	*** 606.849. **	10
62ª	Vanessa Mayra Bonfim	*** 785.949. **	10
63ª	Nadia Correia de Lima	*** 409.189. **	10
64ª	Caroline Ingrid Silva do Nascimento	*** 374.209. **	10
65ª	Ecléisia Bispo de Moraes Oliveira	*** 491.174. **	10
66ª	Ana Caroline Rodrigues Nunes Braga	*** 346.349. **	10
67ª	Juliana Hatchbach Capuano	*** 416.179. **	10
68ª	Natália Landin Leite	*** 432.459. **	10
69ª	Santa Rodrigues de Oliveira	*** 819.029. **	5
70ª	Layara Bulgareli Castro Streleksi	*** 855.319. **	0
71ª	Beatriz Daniele de Souza Oliveira	*** 068.459. **	0

Professor de Educação Física			
Ampla Concorrência (AC)			
Classificação	NOME	CPF/MF	Pontuação
1ª	Marco Aurélio Lobato Dequique	*** 756.219. **	70
2ª	Thaís Magnani Izidio	*** 842.729. **	60
3ª	Guilherme Bertolin Silva	*** 127.089**	50
4ª	Luan Lucas Delgado	*** 815.679. **	45
5ª	Vinicius Gabriel Alves	*** 914.189**	40

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR			
Av. Rocha Pombo, 453 - Fone (44) 3252-4545			
CNPJ 15.738.994/0001-09 www.novoesperanca.pr.gov.br			
Geleão 2025-2028			
Larissa Roberta de Souza	*** 237.539. **	Deferido	
Leda Maria da Silva Marins	*** 975.808. **	Deferido	
Letícia Yohana Muniz	*** 576.219. **	Deferido	
Loana de Souza Ferraz	*** 317.739. **	Deferido	
Luana Fogaça Maldonado Oliveira dos Santos	*** 961.139. **	Deferido	
Luciana Oliveira Alves de Souza Aguiro	*** 866.319. **	Deferido	
Luciana Velasco de Lima	*** 779.399. **	Deferido	
Marcia Regina Massaruti de Oliveira	*** 211.779. **	Deferido	
Maria Isabel Rodrigues Manzotti	*** 621.189. **	Deferido	
Maria José dos Santos	*** 385.579. **	Deferido	
Maria Milena Marques Poldoro	*** 854.639. **	Deferido	
Mari Rosa Ibanetz	*** 917.109. **	Deferido	
Mari Lopes de Oliveira de Almeida	*** 677.949. **	Deferido	
Martins Rosa Fernandes	*** 191.429. **	Deferido	
Marta Helena Bulgareli	*** 549.769. **	Deferido	
Marta Henrique de Carvalho Men	*** 465.299. **	Deferido	
Mayara Aparecida Gedolin Lobato	*** 364.129. **	Deferido	
Meire Giovana de Souza Alves	*** 116.889. **	Deferido	
Michelle Barbosa dos Santos Franzoni	*** 989.999. **	Deferido	
Mônica Aparecida Fernandes	*** 845.079. **	Deferido	
Pamela de Oliveira Subtil	*** 826.669. **	Deferido	
Patricia Castanho Martins	*** 868.849. **	Deferido	
Patricia dos Santos	*** 707.019. **	Deferido	
Regiane Antonioli de Souza	*** 026.549. **	Deferido	
Regiane Simão Dias Pinzan	*** 094.839. **	Deferido	
Rosilene Matella da Silva Rodrigues	*** 763.977. **	Deferido	

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR			
Av. Rocha Pombo, 453 - Fone (44) 3252-4545			
CNPJ 15.738.994/0001-09 www.novoesperanca.pr.gov.br			
Geleão 2025-2028			
Luan Lucas Delgado	*** 815.679. **	Deferido	
Maísa de Oliveira Malheiros	*** 595.989. **	Deferido	
Marco Aurélio Lobato Dequique	*** 756.219. **	Deferido	
Maria Eduarda Pereira	*** 426.699. **	Deferido	
Thaís Magnani Izidio	*** 842.729. **	Deferido	
Vinicius Gabriel Alves	*** 914.189**	Deferido	

Professor de Educação Física		
PCD - Pessoa com Deficiência		
NOME	CPF/MF	RESULTADO
Tainara Denardi Gonzaga	*** 962.939. **	Deferida

Professor de Língua Estrangeira Moderna (Inglês)		
NOME	CPF/MF	RESULTADO
Alessandra Aparecida Macon Rocha	*** 516.639. **	Deferido
Eduarda Guedes da Silva	*** 121.889. **	Deferido
Fabiana Barbosa Tóres	*** 533.999. **	Deferido
Luan dos Santos de Souza	*** 166.399. **	Deferido
Mario Agostinho dos Santos	*** 313.329. **	Deferido
Maria Carolina Silva Cordeiro	*** 123.118. **	Deferido
Rosely Aparecida Fernandes	*** 344.119. **	Deferido
Salete Cristiane Mikos Fancoco	*** 255.379. **	Deferido
Silene Cristina Cavalcante	*** 889.148. **	Deferido
Socorro Alves de Oliveira	*** 573.169. **	Deferido
Thais Meneses Montini	*** 166.149. **	Deferido

Pedagogo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR			
Av. Rocha Pombo, 453 - Fone (44) 3252-4545			
CNPJ 15.738.994/0001-09 www.novoesperanca.pr.gov.br			
Geleão 2025-2028			
44ª	Luana Fogaça Maldonado Oliveira dos Santos	*** 961.139. **	40
45ª	Cleide Aparecida Bocarite Dias	*** 269.909. **	35
46ª	Martins Rosa Fernandes	*** 191.429. **	35
47ª	Elaine Ramos de Almeida da Silva	*** 417.719. **	35
48ª	Vanessa Frederico Roque	*** 878.489. **	35
49ª	Loana de Souza Ferraz	*** 317.739. **	35
50ª	Bárbara Roberta de Souza Ferreira	*** 980.169. **	35
51ª	Ivanilda Martinatti Santander	*** 049.349. **	30
52ª	Alice Harumi Sakurai Ferreira	*** 494.972. **	30
53ª	Rosilene Matella da Silva Rodrigues	*** 763.977. **	30
54ª	Viviane Maria de Oliveira	*** 632.889. **	30
55ª	Sandra Regina de Souza	*** 957.869. **	30
56ª	Luciana Velasco de Lima	*** 779.399. **	30
57ª	Daiana Francisca Torrente	*** 399.059. **	30
58ª	Luciana Oliveira Alves de Souza Aguiro	*** 866.319. **	30
59ª	Patricia Castanho Martins	*** 868.849. **	30
60ª	Ana Paula de Oliveira Ruas	*** 796.669. **	30
61ª	Meire Giovana de Souza Alves	*** 116.889. **	30
62ª	Gabriela Santos Gabriel Beltramo	*** 222.939. **	30
63ª	Elaine Rodrigues	*** 954.109**	30
64ª	Fernanda Fernandes Espindola	*** 321.609**	30
65ª	Karolina Rosa Dias	*** 089.319. **	30
66ª	Rosinei Pin Chagas	*** 696.889. **	25
67ª	Marcia Regina Massaruti de Oliveira	*** 211.779. **	25
68ª	Giuliana da Luz Cornélio	*** 445.809. **	25
69ª	Simone Andréia Bernardo	*** 012.559. **	20

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR			
Av. Rocha Pombo, 453 - Fone (44) 3252-4545			
CNPJ 15.738.994/0001-09 www.novoesperanca.pr.gov.br			
Geleão 2025-2028			
6ª	Ellen Jessica Fracari	*** 010.039. **	35
7ª	Maísa de Oliveira Malheiros	*** 595.989**	20
8ª	Lucia Cleonice de Souza dos Santos	*** 109.229. **	10
9ª	Geovana Silva Medeiros	*** 888.079**	0
10ª	Maria Eduarda Pereira	*** 426.699**	0

Professor de Educação Física		
PCD - Pessoa com Deficiência		
Classificação	NOME	CPF/MF Pontuação
1ª	Tainara Denardi Gonzaga	*** 962.939. ** 30

Professor de Língua Estrangeira Moderna (Inglês)			
Classificação	NOME	CPF/MF	Pontuação
1ª	Alessandra Aparecida Macon Rocha	*** 516.639. **	80
2ª	Socorro Alves de Oliveira	*** 873.169. **	70
3ª	Thais Meneses Montini	*** 186.149. **	75
4ª	Silene Cristina Cavalcante	*** 889.148. **	75
5ª	Rosely Aparecida Fernandes	*** 344.119. **	70
6ª	Salete Cristiane Mikos Fancoco	*** 255.379. **	55
7ª	Fabiana Barbosa Tóres	*** 533.999**	20
8ª	Mario Agostinho dos Santos	*** 313.329. **	10
9ª	Eduarda Guedes da Silva	*** 121.889**	05
10ª	Luan dos Santos de Souza	*** 166.399**	0
11ª	Maria Carolina Silva Cordeiro	*** 123.118. **	0

Pedagogo

Classificação	NOME	CPF/MF	Pontuação
---------------	------	--------	-----------

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR

Av. Rocha Pombo, 453 - Fone (44) 3252-4545

CNPJ 15.738.994/0001-09 | www.novoesperanca.pr.gov.br

Geleão 2025-2028

Rosimeire Aparecida de Souza Marins	*** 002.899. **	Deferido
Rosimeire Inácio da Silva Fracaroli	*** 639.549. **	Deferido
Rosimeire Rodrigues Santos Olivati	*** 940.909. **	Deferido
Rosinei Pin Chagas	*** 696.889. **	Deferido
Rubia Lorali Frantini	*** 103.269. **	Deferido
Sandra Regina do Nascimento	*** 593.159. **	Deferido
Sandra Regina de Souza	*** 957.869. **	Deferido
Simone Andréia Bernardo	*** 012.559. **	Deferido
Sueli Correia da Silva	*** 038.379. **	Deferido
Suzane Macedo Flor Fernandes	*** 969.949. **	Deferido
Tatiane Fernanda dos Santos da Silva	*** 027.989. **	Deferido
Thaís Loren Toná Ribeiro	*** 145.809. **	Deferido
Tayná Caroline Goes dos Santos	*** 917.949. **	Deferido
Valéria Ispólito Rocha	*** 040.719. **	Deferido
Valéria Viviane Bianchi	*** 947.939. **	Deferido
Vanessa de Freitas Luna	*** 820.649. **	Deferido
Vanessa Frederico Roque	*** 878.489. **	Deferido
Verônica Maiera Silva dos Santos	*** 695.099. **	Deferido
Vilma Leme Faccin	*** 253.839. **	Deferido
Viviane Maria de Oliveira	*** 632.689. **	Deferido
Ziliana Pizzi Goes	*** 206.549. **	Deferido

Professor de Educação Infantil

NOME	CPF/INF	RESULTADO
Alana de Oliveira	*** 563.069. **	Deferido

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

O Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa é um instrumento de caráter normativo, técnico e operacional, destinado a orientar a formulação, execução, monitoramento e avaliação da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa no âmbito do Município de Nova Esperança. Sua elaboração decorre de ação coordenada entre a Secretaria Municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) e as demais Secretarias Municipais que compõem a rede intersetorial responsável pelo atendimento e proteção da pessoa idosa.

A gestão da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa fundamenta-se na articulação entre as políticas públicas setoriais, na atuação integrada do poder público e das organizações da sociedade civil e no cumprimento das deliberações emanadas do CMDPI, na condição de órgão colegiado responsável pela normatização, deliberação e controle social, conforme disposto na legislação municipal e federal pertinente.

Este Plano está ancorado nos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Estatuto da Pessoa Idosa, conferindo destaque ao direito à convivência familiar e comunitária, considerado eixo estruturante da proteção integral. Tal diretriz reforça a obrigatoriedade de ações que promovam o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, assegurando condições adequadas para a participação ativa, segura e autônoma da pessoa idosa no território.

A constituição deste instrumento considerou os marcos regulatórios vigentes em âmbito local, nacional e internacional, incorporando metodologias participativas e a perspectiva da interseccionalidade. Destaca-se que sua elaboração contemplou as discussões e deliberações emanadas da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa com ênfase nas pautas relativas às múltiplas vulnerabilidades, à Lei que institui a Política Nacional de Cuidados e às diretrizes do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, reconhecendo a diversidade dos perfis de envelhecimento e a necessidade de respostas estatais compatíveis com os diferentes graus de autonomia e dependência.

Assim, o Plano se configura como instrumento orientador para a promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos da pessoa idosa, estabelecendo parâmetros para o planejamento, a gestão integrada e a implementação das ações governamentais. Visa, portanto, consolidar a Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa como política pública estruturante, contínua e baseada no princípio da proteção integral.

"O que seria de nós, os velhos, se não tivéssemos o álbum da lembrança, o tesouro da vivência! Seria uma lamentável pobreza. No entanto, somos ricos e temos a oferecer, ao fim e ao esquecimento, não apenas um corpo usado, mas também o receptáculo daquele tesouro que há de viver e brilhar enquanto respirarmos."

Hermann Hesse (1952, p. 72)

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa é um instrumento de caráter normativo, técnico e operacional, destinado a orientar a formulação, execução, monitoramento e avaliação da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa no âmbito do Município de Nova Esperança. Sua elaboração decorre de ação coordenada entre a Secretaria Municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) e as demais Secretarias Municipais que compõem a rede intersetorial responsável pelo atendimento e proteção da pessoa idosa.

A gestão da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa fundamenta-se na articulação entre as políticas públicas setoriais, na atuação integrada do poder público e das organizações da sociedade civil e no cumprimento das deliberações emanadas do CMDPI, na condição de órgão colegiado responsável pela normatização, deliberação e controle social, conforme disposto na legislação municipal e federal pertinente.

Este Plano está ancorado nos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Estatuto da Pessoa Idosa, conferindo destaque ao direito à convivência familiar e comunitária, considerado eixo estruturante da proteção integral. Tal diretriz reforça a obrigatoriedade de ações que promovam o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, assegurando condições adequadas para a participação ativa, segura e autônoma da pessoa idosa no território.

A constituição deste instrumento considerou os marcos regulatórios vigentes em âmbito local, nacional e internacional, incorporando metodologias participativas e a perspectiva da interseccionalidade. Destaca-se que sua elaboração contemplou as discussões e deliberações emanadas da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa com ênfase nas pautas relativas às múltiplas vulnerabilidades, à Lei que institui a Política Nacional de Cuidados e às diretrizes do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, reconhecendo a diversidade dos perfis de envelhecimento e a necessidade de respostas estatais compatíveis com os diferentes graus de autonomia e dependência.

Assim, o Plano se configura como instrumento orientador para a promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos da pessoa idosa, estabelecendo parâmetros para o planejamento, a gestão integrada e a implementação das ações governamentais. Visa, portanto, consolidar a Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa como política pública estruturante, contínua e baseada no princípio da proteção integral.

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

3. PRINCÍPIOS E PRESSUPOSTOS LEGAIS

A situação do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Nova Esperança fundamenta-se no conjunto de legislações, normativas e tratados internacionais que asseguram os direitos da pessoa idosa, orientando a formulação de políticas públicas pautadas pela dignidade, equidade, participação social e respeito à diversidade do envelhecimento.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco histórico, ao estabelecer, em seus artigos 203 e 230, a proteção social da pessoa idosa: garantindo o benefício assistencial (BPC) a quem não possui meios de prover a própria subsistência, a gratuidade no transporte coletivo urbano a partir dos 65 anos, e determinando ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar sua participação na comunidade, a defesa de sua dignidade, bem-estar e o direito à vida.

Em 1994, a Lei nº 8.842 instituiu a Política Nacional do Idoso (PNI), que visa garantir os direitos sociais das pessoas idosas e criar condições para sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Entre seus princípios, estão a corresponsabilidade entre União, estados, municípios e sociedade civil, bem como a previsão de serviços como centros de convivência, centros-dia, casas-lares, oficinas protegidas de trabalho e atendimento domiciliar, priorizando a permanência do idoso no convívio familiar.

A Política Nacional da Pessoa Idosa (PNPI) é um marco fundamental no reconhecimento e garantia de direitos da população idosa no Brasil. Instituída pela Lei nº 8.842/1994 e regulamentada pelo Decreto nº 1.948/1996, tem como objetivo assegurar ao idoso todos os direitos sociais, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

No campo legal, a PNPI se soma ao artigo 230 da Constituição Federal de 1988, que define o dever da família, da sociedade e do Estado de amparar a pessoa idosa, e ao Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), que consolidou e ampliou direitos em áreas como saúde, previdência, assistência social, transporte, cultura e lazer.

Suas diretrizes principais envolvem:

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

isolamento, promovem autostima e contribuem para um envelhecimento mais saudável e ativo.

Garantia de Direitos e Acesso às Políticas Públicas

A rede facilita o acesso da pessoa idosa aos direitos previstos em lei — como saúde, assistência, educação, cultura, lazer, proteção contra violência e atendimento preferencial. O CMDPI e os demais órgãos de controle social garantem que esses direitos sejam fiscalizados, divulgados e efetivamente implementados.

Eficiência na Comunicação e no Fluxo de Atendimento

A interseccionalidade permite que as instituições troquem informações, compartilhem responsabilidades e encaminhem de forma correta cada situação. Isso evita duplicidade de atendimentos, reduz falhas na comunicação e assegura respostas mais ágeis e adequadas às necessidades do idoso.

Fortalecimento da Comunidade e do Trabalho em Rede

A participação de instituições religiosas, voluntárias, ILTPs, APAEs e outros espaços comunitários amplia o alcance das políticas públicas e fortalece o sentimento de corresponsabilidade social pela proteção dos idosos. A rede se torna mais forte, acolhedora e próxima da realidade local.

3.3. CONTROLE SOCIAL

A Política de Atendimento à Pessoa Idosa no Brasil reconhece o controle social como elemento central de sua efetividade. Nesse contexto, os Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa desempenham papel estratégico na formulação, acompanhamento, fiscalização e avaliação das políticas públicas voltadas à população idosa, garantindo que essas políticas sejam construídas com a participação daqueles a quem se destinam.

O princípio fundamental é: "Nada sobre nós, sem nós". Essa máxima expressa que toda política, programa ou serviço voltado à pessoa idosa deve ser desenvolvido a partir da escuta ativa, da participação e do protagonismo dos próprios idosos, assegurando que suas necessidades, expectativas e direitos sejam respeitados.

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA (2026-2029)

Comitê de Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Nova Esperança:
Decreto nº 6.510, de 12 de novembro de 2025

I – Secretaria Municipal de Assistência Social

- Titular: Lorena Dias Molina Gonçalves
- Suplente: Vanessa Carlos dos Santos

II – Secretaria Municipal de Saúde

- Titular: Renata Araújo de Souza
- Suplente: Eliângela Benassi de Lima Bezerra

III – Secretaria Municipal de Educação

- Titular: Zilma Onelias Bassi
- Suplente: Andreia dos Santos Scalco

IV – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI)

- Titular: Raimundo de Sousa Lima
- Suplente: Iraci Lopes Grogini

V – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – Caminhando para o Futuro

- Titular: Maria da Silva Farin
- Suplente: Severina Galdino da Silva

VI – Asilo São Vicente de Paulo

- Titular: Edécir de Fátima Ferro Gonçalves
- Suplente: Inês Cristina da Oliveira

Assessoria técnica: Adriana Galdino da Silva Junior

SECRETARIAS E ÓRGÃOS ENVOLVIDOS:

- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
- Organizações da Sociedade Civil
- Secretaria Municipal de Assistência Social
- Secretaria Municipal de Educação e Cultura
- Secretaria Municipal de Saúde
- Poder Executivo Municipal
- Secretaria de Esportes e Lazer
- Ministério Público
- Poder Judiciário

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
VIGÊNCIA: 2026 A 2029

Identificação do Município:

Município: Nova Esperança – Paraná
Data de Instalação: 14 de dezembro de 1952
Porto do Município: Pequeno Porto II
Código IBGE: 4116901
Área Territorial: aproximadamente 401,587 km²

Estrutura Administrativa:

Prefeitura Municipal de Nova Esperança
Prefeito: João Eduardo Pasquini
Vice-prefeito: Carlos Roberto da Silva
Mandato: 2025-2028
Endereço: Av. Rocha Pombo, 1453 – Centro – Nova Esperança/PR – CEP 87600-000
Telefone: (44) 3252-4545
E-mail: gabinete@novaesperanca.pr.gov.br
Site: https://www.novaesperanca.pr.gov.br
CNPJ: 75.730.994/0001-09

Política de Assistência Social:

Estrutura Administrativa:

Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social
Gestora Municipal: Glória Maria Uchôa Kawahisa
Legislação: Lei Municipal nº 1326, de 12 de janeiro de 1996
Endereço: Rua Romário Martins, 160 – Nova Esperança
Nível de Gestão: Plena

Conselho e Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:

O Conselho foi originalmente criado pela Lei Municipal nº 1.654/2006, de 19 de junho de 2008. Posteriormente a Lei Municipal nº 2.550/2017, de 2 de março de 2017, instituiu o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

- Garantir um envelhecimento ativo, saudável e digno.

- Integrar ações governamentais e da sociedade civil em favor da pessoa idosa.

- Estimular a participação social e política da pessoa idosa.

- Ampliar o acesso a serviços de saúde, assistência social, educação, cultura e lazer.

- Promover a solidariedade entre gerações, combatendo preconceitos e exclusões.

- Garantir prioridade no atendimento e proteção contra negligência, violência e discriminação.

A função da Política Nacional da Pessoa Idosa é, portanto, orientar e articular políticas públicas que assegurem direitos e qualidade de vida, ao mesmo tempo em que organiza a rede de proteção social e dá suporte ao controle social por meio dos Conselhos da Pessoa Idosa (nacional, estaduais e municipais).

Hoje, a PNPI precisa ser pensada à luz das múltiplas vulnerabilidades que coexistem no Brasil, marcadas por diferentes contextos sociais, econômicos e culturais, e diante do desafio de um país que envelhece de forma rápida, com profundas desigualdades. Nesse cenário, sua efetivação depende de investimentos constantes, integração entre políticas setoriais e fortalecimento da participação social, para que o envelhecimento seja vivido com dignidade, inclusão e reconhecimento de sua contribuição à sociedade.

Em 2003, foi promulgada a Lei nº 10.741, que instituiu o Estatuto do Idoso assegurando a proteção integral às pessoas com 60 anos ou mais, condenando qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão.

Em 2023, a legislação foi atualizada e passou a ser denominada Estatuto da Pessoa Idosa, consolidando a perspectiva de que o envelhecimento deve ser reconhecido como parte do ciclo vital e que o idoso é sujeito pleno de direitos.

Mais recentemente, o Brasil alinhou-se à agenda global das Nações Unidas ao aderir à Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030), que propõe quatro áreas de ação prioritárias:

- Mudança na forma como pensamos, sentimos e agimos em relação à idade e ao envelhecimento.

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

Os Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa atuam como instâncias colegiadas e deliberativas de controle social, com atribuições que incluem:

- Elaboração e revisão de planos municipais, estaduais e nacionais de atendimento à pessoa idosa;
- Acompanhamento da execução das políticas públicas, avaliando se estão alinhadas aos princípios da dignidade, autonomia e participação social da pessoa idosa;
- Fiscalização da aplicação dos recursos oriundos de fundos públicos destinados às políticas de atendimento à pessoa idosa;
- Promoção da participação cidadã, garantindo que organizações da sociedade civil, instituições de longa permanência, famílias e os próprios idosos contribuam para a tomada de decisões;
- Articulação com demais conselhos e órgãos de controle social, fortalecendo a governança intersectorial e a integração de políticas públicas.

A consolidação da situação dos Conselhos como política de Estado é também uma garantia institucional de que os direitos da pessoa idosa não dependam exclusivamente da vontade política do governo vigente, mas sejam uma prática permanente e estruturada de controle social e defesa de direitos.

Essa estrutura reforça a importância de que as pessoas idosas participem ativamente de todas as fases das políticas que lhes dizem respeito, fortalecendo o exercício da cidadania, o protagonismo social e a efetividade das políticas públicas de atenção e cuidado.

3.3.1. DELIBERAÇÕES CONFERENCIAIS

As propostas da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (2025) – já convertidas em eixos, metas e estratégias no documento anterior – compõem a parte estratégica deste Plano.

Essas deliberações foram sistematizadas em cinco eixos, contemplando:

1. Financiamento das políticas públicas
2. Proteção à vida, saúde e cuidado integral
3. Enfrentamento à violência e abandono

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
GESTÃO 2024–2026

Representantes das Instituições Governamentais:

I – Secretaria Municipal de Assistência Social

- Titular: Cléide Lopes Ribeiro
- Suplente: Marly Getrônio

II – Secretaria Municipal de Saúde

- Titular: Elcioska Cristina Caselaro Mula
- Suplente: Juliana Cristina Ruoco Begotti

III – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

- Titular: Zilma Onelias Bassi
- Suplente: Patrícia Cardia de Brito Praxedes

IV – Secretaria Municipal da Fazenda

- Titular: Márcia Pelissier Molina
- Suplente: Arléia Senize Mazzari

V – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL)

- Titular: Leonardo Belz Morloti Lopes
- Suplente: Márcio André Silva

Representantes das Organizações Não Governamentais:

I – Entidades de atendimento à pessoa idosa (2 vagas)

a) Asilo São Vicente de Paulo
- Titular: Inês Cristina da Oliveira
- Suplente: Sheila Cizauri dos Santos

b) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
- Titular: Tania Suelly Jasper
- Suplente: Jacqueline de Kassia Zanchetti Souza

II – Usuários da Política de Assistência Social (2 vagas)

a) Titular: Iraci Lopes Grogini
- Suplente: Raimundo de Sousa Lima

b) Titular: Maria da Silva Farin
- Suplente: Severina Galdino da Silva

III – Organizações religiosas que desenvolvem programas, projetos ou serviços dirigidos às pessoas idosas (1 vaga)

- Titular: Edécir de Fátima Ferro Gonçalves
- Suplente: Maria Cecília de Barros Pereira Galinari

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

A reforma mais recente se deu pela Lei Municipal nº 2.896/2022, de 03 de novembro de 2022, que "dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI), e do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (FMDPI), substituindo, em toda a legislação municipal, as expressões 'idoso' e 'idosos' pelas expressões 'pessoa idosa' e 'pessoas idosas', respectivamente".

Estrutura Administrativa:

Administração: Secretaria Municipal de Assistência Social (Portaria nº 16.514/2025)

Gestão do Fundo: Conforme decisões e atos normativos do CMDPI, em observância à Portaria nº 5.537/2021, que autoriza a Secretaria Municipal de Assistência Social a movimentar as contas vinculadas ao Fundo Municipal do Idoso.

Gestora Responsável: Glória Maria Uchôa Kawahisa - (Portaria nº 16.514/2025)

Endereço: Rua Romário Martins, 160 – Nova Esperança
Telefones: (44) 3252-5242 / (44) 9 9840-8403
E-mail: cmdi@novaesperanca.pr.gov.br
CNPJ: 28.834.194/0001-40

Mesa Diretora CMDPI (Gestão Atual):

Presidente: Edécir de Fátima Ferro Gonçalves
Vice-Presidente: Tania Suelly Jasper
1º Secretário: Leonardo Belz Morloti Lopes
2º Secretária: Elcioska Cristina Caselaro Mula

Secretaria Executiva:

Nome: Elaine Mirella de Souza
Formação: Assistente Social / Pós-graduada em Políticas e Gestão de Serviço Social

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

- Desenvolvimento de comunidades que promovam capacidades das pessoas idosas;

- Oferta de cuidados integrados e serviços de saúde primários centrados na pessoa;

- Garantia de acesso a cuidados de longa duração quando necessários.

No Paraná, destaca-se a implementação do Programa Cidade Amiga da Pessoa Idosa, que concentra ações de governança voltadas à criação de ambientes urbanos mais acessíveis, inclusivos e participativos. O programa orienta municípios a desenvolver políticas públicas intersetoriais, com foco na mobilidade urbana, acessibilidade, saúde, lazer, cultura, proteção social e participação comunitária, alinhando-se às diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) para cidades e comunidades amigas da pessoa idosa.

No plano internacional, o Brasil é signatário de importantes instrumentos de defesa de direitos, como:

- Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento (2002);
- Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas (OEA, 2015);
- Compromissos assumidos nas Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa Idosa e no Ano Conferencial 2025, com o tema "Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação".

Assim, este Plano atualiza-se em consonância com a legislação nacional, os programas estaduais e os marcos internacionais de direitos humanos, reafirmando a prioridade absoluta da pessoa idosa nas políticas públicas e a responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e Estado no cuidado e promoção de um envelhecimento digno, ativo e saudável.

3.1 REDE INTERSETORIAL DE ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA

A rede intersectorial na Política de Atendimento à Pessoa Idosa constitui um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das estratégias mais potentes para assegurar os direitos desse público. O envelhecimento é um processo complexo, que envolve dimensões biológicas, sociais, culturais e econômicas, e por isso exige respostas que

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

4. Participação social e protagonismo

5. Fortalecimento dos conselhos de Direitos

4. MARCO SITUACIONAL

A elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Nova Esperança fundamenta-se na análise atualizada da realidade social, demográfica e econômica do município, com foco nas condições de vida da população idosa. Considera-se o processo de envelhecimento populacional como uma das transformações mais significativas da atualidade, exigindo ações integradas e intersetoriais que assegurem o pleno exercício dos direitos dessa parcela crescente da sociedade.

Em Nova Esperança, observa-se, à semelhança do cenário estadual e nacional, um aumento contínuo no número de pessoas com 60 anos ou mais, acompanhado da predominância do gênero feminino entre os idosos. Essa tendência reflete as mudanças na estrutura etária e a maior expectativa de vida das mulheres, o que demanda políticas públicas voltadas tanto à autonomia e participação social quanto ao cuidado e à proteção social.

A análise situacional, portanto, orienta-se pela necessidade de fortalecer as políticas públicas municipais voltadas à pessoa idosa, assegurando condições dignas de envelhecimento, acesso aos serviços e programas de saúde, assistência social, educação, cultura, esporte e lazer, além da promoção de ambientes acessíveis e inclusivos.

4.1 PANORAMA NACIONAL

Segundo o Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira com 60 anos ou mais alcançou 32.113.490 pessoas, representando 15,6% da população total. Isso corresponde a um aumento de 56% em relação a 2010, quando eram 20.590.597 pessoas (10,8%).

Especificamente, o grupo de pessoas com 65 anos ou mais totalizou 22.169.101 indivíduos, o que equivale a 10,9% da população nacional — um crescimento de 57,4% desde 2010, quando somavam 14.081.477 pessoas (7,4%).

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

1. INTRODUÇÃO 8

3. PRINCÍPIOS E PRESSUPOSTOS LEGAIS 9

3.1 REDE INTERSETORIAL DE ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA 7

3.2 IMPORTÂNCIA DA REDE INTERSETORIAL NA PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA 9

3.3 CONTROLE SOCIAL 10

3.3.1 DELIBERAÇÕES CONFERENCIAIS 11

4. MARCO SITUACIONAL 12

4.1 PANORAMA NACIONAL 12

4.2 TENDÊNCIAS REGIONAIS 13

4.3 CONTEXTO LOCAL – NOVA ESPERANÇA (PR) 14

4.3.1 REDE LOCAL 14

4.3.2 DIAGNÓSTICO MUNICIPAL – NOVA ESPERANÇA (PR) 16

5.1 ANÁLISE DAS VULNERABILIDADES POR FAIXA ETÁRIA – NOVA ESPERANÇA 19

6. PRINCIPAIS DEBATES IDENTIFICADOS 23

7. RECOMENDAÇÕES PARA ANÁLISE MUNICIPAL 21

7.1 APERFEIÇOAMENTO DA INVESTIGAÇÃO DOS DADOS 21

7.2 INTERVENÇÕES POR FAIXA ETÁRIA 21

7.3 AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL 21

7.4 AÇÕES ESTRATÉGICAS 22

8. PLANO DE AÇÃO 2026-2029 23

9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 27

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS 28

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 29

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população brasileira é um fenômeno crescente e estruturante, que impõe ao poder público o desafio de implementar políticas efetivas, integradas e de longo prazo, capazes de assegurar o bem-estar das Pessoas Idosas. O Brasil é um país de múltiplas vulnerabilidades: a diversidade cultural, social e econômica evidencia que não existe um único modelo de envelhecimento, mas diferentes formas de viveremlo, cada uma com necessidades e demandas específicas.

Nesse contexto, o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa apresenta-se como instrumento estratégico para a promoção, defesa e garantia dos direitos da população idosa. Trata-se de um guia de planejamento, articulação e avaliação, que orienta a integração das políticas setoriais — saúde, assistência social, cultura, esporte, habitação, segurança, educação, entre outras —, garantindo que dialoguem entre si. Sua elaboração está fundamentada na Política Nacional de Atendimento da Pessoa Idosa, hoje em consonância com a Política Nacional de Cuidados, o que fortalece a perspectiva da atenção integral.

No Estado do Paraná, a Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa é o órgão responsável pela gestão da Política Estadual da Pessoa Idosa. Atua em conjunto com o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, instância de caráter deliberativo e de controle social, assegurando a formulação, coordenação e acompanhamento das políticas públicas voltadas a este segmento. Essa articulação entre governo e conselho fortalece a implementação de ações integradas, alinhadas às diretrizes nacionais, e orienta os municípios na elevação de estratégias de promoção, proteção e defesa dos direitos da população idosa.

O presente plano assume especial relevância no marco do ano conferencial, cujo tema é "Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação". Esse enfoque reforça a necessidade de considerar a pluralidade de trajetórias e experiências das Pessoas Idosas, assegurando inclusão, equidade no acesso a direitos e participação ativa na vida social, política e comunitária.

As projeções demográficas indicam que, em 2070, o Brasil contará com cerca de 75 milhões de Pessoas Idosas. Diante dessa realidade, torna-se imperativo consolidar o

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

vão muito além da atuação isolada de um único setor. Saúde, assistência social, previdência, habitação, transporte, educação, cultura, esporte, justiça e sociedade civil precisam dialogar e se articular para oferecer atenção integral, rompendo com a fragmentação que historicamente marca as políticas públicas.

Entretanto, a construção dessa rede intersectorial enfrenta barreiras significativas. Entre os principais desafios estão: a dificuldade de comunicação entre os serviços, a burocracia que retarda o acesso, a carência de profissionais capacitados em envelhecimento e direitos humanos, além das desigualdades regionais, que fazem com que municípios menores tenham menos recursos e menos serviços especializados. Soma-se a isso o envelhecimento acelerado da população brasileira, que pressiona os sistemas de proteção social, e a persistência de uma cultura etarista, que invisibiliza a pessoa idosa como sujeito de direitos. Outro ponto crítico é a baixa participação social, pois os conselhos e fóruns muitas vezes carecem de estrutura e de representatividade efetiva.

Diante desse cenário, algumas estratégias são fundamentais. É necessário fortalecer os Conselhos da Pessoa Idosa como espaços de controle social e formulação de propostas; investir na criação de fluxos intersectoriais de atendimento, especialmente em situações de violência e negligência; e promover a capacitação permanente dos profissionais que atuam na rede. O mapeamento dos serviços existentes em cada território, aliado ao uso de tecnologias que integrem cadastros e monitoramentos, pode agilizar o atendimento e melhorar a comunicação entre setores. Também é essencial investir em campanhas educativas para o combate ao etarismo e para a valorização da velhice, assim como criar programas de apoio a famílias e cuidadores, que muitas vezes assumem sozinho o peso do cuidado.

Além disso, a construção de parcerias com organizações da sociedade civil e com o setor privado pode ampliar a rede de suporte, especialmente em territórios onde a oferta de serviços é escassa. É igualmente estratégico incentivar a participação ativa das pessoas idosas na formulação e avaliação das políticas, garantindo que elas sejam protagonistas de suas próprias histórias e não apenas receptoras de serviços.

Portanto, a rede intersectorial na Política de Atendimento à Pessoa Idosa não deve ser vista apenas como uma estrutura técnica, mas como um compromisso ético e político.

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

Esses dados evidenciam a aceleração do envelhecimento populacional brasileiro, um fenômeno que impõe desafios crescentes às políticas públicas de saúde, assistência social, previdência e inclusão.

4.2 TENDÊNCIAS REGIONAIS

O envelhecimento da população brasileira não ocorre de forma homogênea entre as regiões do país. As regiões Sul e Sudeste apresentam as maiores proporções de idosos, com índices variando entre 16% e 18% da população total. No Nordeste, essa proporção é de aproximadamente 13%, enquanto o Norte registra cerca de 12%.

Apesar das diferenças regionais, observa-se um ritmo acelerado de envelhecimento em todas as regiões, impulsionado pela queda das taxas de fecundidade, pela melhoria das condições de vida e pelo aumento da expectativa de vida. Essa transição demográfica reforça a necessidade de fortalecer políticas públicas que assegurem os direitos da pessoa idosa e promovam o envelhecimento ativo e saudável em todo o território nacional.

4.3 CONTEXTO LOCAL – NOVA ESPERANÇA (PR)

O município de Nova Esperança, situado na região Noroeste do Estado do Paraná, segue as mesmas tendências observadas no panorama nacional e estadual, apresentando um crescimento contínuo da população idosa. Esse fenômeno resulta do aumento da expectativa de vida, aliado à redução das taxas de natalidade, o que vem modificando gradualmente a estrutura etária local.

Embora os dados detalhados por faixa etária e gênero ainda sejam estimativos, observa-se que a população idosa de Nova Esperança é composta, em sua maioria, por mulheres, refletindo o padrão estadual e nacional. Estima-se que entre 55% e 60% das pessoas idosas do município sejam do gênero feminino, enquanto 40% a 45% sejam do gênero masculino.

Essa composição evidencia a necessidade de políticas públicas sensíveis às questões de gênero no envelhecimento, com atenção especial à saúde da mulher idosa, à prevenção de doenças crônicas, ao combate à violência e à negligência, e à ampliação de oportunidades de participação social e econômica.

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

LISTA DE SIGLAS

ATI – Academia da Terceira Idade
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CEDIPVR – Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa
CISAMUSEP – Consórcio Intermunicipal de Saúde
CMDPI – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social
DEDIC – Departamento de Direitos Humanos e Cidadania
FIPARPR – Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa
FMDPI – Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
FUNBEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDH – Índice de Gestão Descentralizada
ILPIs – Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MACC – Modelo de Atenção às Condições Crônicas
NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família
NRE – Núcleo Regional de Educação
PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos
PNI – Política Nacional do Idoso
PPA – Plano Plurianual
PAPI – Paraná Amigo da Pessoa Idosa
PSE – Proteção Social Especial
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEJUIPR – Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania
SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Nova Esperança
SEMPI – Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
SISC – Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUAS – Sistema Único de Saúde
UBS – Unidade Básica de Saúde

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

plano como política de Estado, dotada de financiamento adequado, mecanismos de controle social, monitoramento permanente e continuidade das ações, de modo a garantir que os direitos da pessoa idosa sejam universais, permanentes e efetivos, independentemente das gestões governamentais.

Assim, o plano não apenas organiza e sistematiza ações e metas, mas também representa um compromisso institucional e coletivo com a construção de políticas públicas sustentáveis e inovadoras. Busca assegurar que o envelhecimento no município seja vivenciado com dignidade, inclusão, diversidade, equidade, participação e qualidade de vida, reconhecendo as múltiplas dimensões que compõem essa etapa da vida.

2. OBJETIVOS DO PLANO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

2.1 Objetivo Geral:

Fortalecer e organizar a Política Municipal de Atendimento e Proteção à Pessoa Idosa, promovendo a articulação efetiva da rede intersectorial e a participação ativa da sociedade civil, assegurando o acesso a direitos, a proteção social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas.

2.2 Objetivos Específicos:

- Garantir os direitos das pessoas idosas em Nova Esperança, conforme o Estatuto da Pessoa Idosa;
- Ampliar a oferta de atendimento à Pessoa Idosa por meio da integração das políticas setoriais;
- Sensibilizar a sociedade sobre a realidade contra a pessoa idosa como um fenômeno multidimensional, fortalecendo ações de prevenção e enfrentamento em todas as suas formas, de maneira contínua e integrada, para além das iniciativas realizadas no junho Violeta.
- Elaborar protocolo municipal de cuidado integral e atenção domiciliar, em alinhamento com a Política Nacional de Cuidados.

- Promover a participação social, cultural e política das pessoas idosas, em consonância com o eixo 4 da Conferência Nacional que chama atenção para participação e protagonismo da pessoa idosa;

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

Seu fortalecimento é condição essencial para que o Brasil avance na consolidação do envelhecimento com dignidade, cidadania e qualidade de vida, transformando a Política da Pessoa Idosa em uma política de Estado, capaz de responder aos desafios do presente e preparar o futuro.

3.2 IMPORTÂNCIA DA REDE INTERSETORIAL NA PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA

A Rede Intersectorial de Atendimento à Pessoa Idosa é fundamental para assegurar um cuidado integral, humanizado e contínuo, pois nenhum serviço isolado consegue responder sozinho à complexidade das demandas do envelhecimento. A atuação integrada fortalece a proteção social, amplia o acesso a direitos e melhora a qualidade de vida da população idosa. Sua importância se revela nos seguintes aspectos:

Proteção Integral e Prevenção de Violações

A rede permite identificar precocemente situações de risco — como negligência, violência física, psicológica, patrimonial ou abandono — e acionar rapidamente os serviços responsáveis pela proteção. A articulação entre CRAS, CREAS, saúde, segurança pública e organizações da sociedade civil (OCS) torna o atendimento mais eficiente e evita que a violação se agrave.

Atendimento Integral e Continuído

O envelhecimento envolve dimensões físicas, emocionais, sociais, educacionais e espirituais. A rede intersectorial conecta diferentes áreas (saúde, assistência social, educação, esporte, cultura e sociedade civil), garantindo que a pessoa idosa receba atendimento completo e contínuo, sem lacunas entre os serviços.

Promoção da Autonomia e do Envelhecimento Ativo

Serviços como SCFV, academias da terceira idade, EJA, grupos de saúde, atividades esportivas e culturais estimulam a autonomia, a convivência social, o fortalecimento de vínculos e a participação comunitária. Essas ações reduzem o

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

Além disso, a crescente longevidade da população requer planejamento intersectorial entre as áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte e habitação, de modo a garantir condições dignas de vida, acessibilidade e inclusão social para todas as pessoas idosas de Nova Esperança.

4.3.1 REDE LOCAL

O município de Nova Esperança dispõe de uma rede intersectorial de atendimento à Pessoa Idosa, composta pelos setores de Saúde, Assistência Social, Segurança Pública, Educação, Lazer e Esporte e Organizações da Sociedade Civil que atuam de forma articulada na garantia de direitos e na promoção da qualidade de vida da população idosa.

Entidade / Serviço	Atuação / Função na Rede
CMDPI – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	Controle social, deliberação e fiscalização das políticas públicas para a pessoa idosa.
Centros de Referência de Assistência Social – CRAS Santo Antônio e CRAS Esperança	Acompanhamento familiar e social; articulação comunitária; encaminhamentos para serviços, programas e benefícios de proteção social e para as políticas setoriais.
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS	Atendimento especializado e acompanhamento de situações de violação de direitos.
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV	Oficinas, grupos de convivência, atividades intergeracionais e de fortalecimento de vínculos; prevenção do isolamento social.
UBS (Unidades Básicas de Saúde)	Atenção primária à saúde; Grupos de prevenção (ex.: Hipertensão, caminhadas); visitas domiciliares e ações de prevenção.
CAPS	Atendimento psicológico e psiquiátrico especializado.
Hospital Municipal	Atendimento de urgência e emergência.

1 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022. Principais resultados – Análise de vulnerabilidade e dos desafios. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/pt/parana/indicadores-demograficos-e-socioeconomicos. Curitiba: IPARDES, 2024.
BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. Política Nacional do Idoso. Diagnóstico Sociodemográfico e Político do Envelhecimento no Brasil. Brasília, 2023.

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

Entidade / Serviço	Atribuição / Função na Rede
Secretaria de Esportes	Atividades físicas e esportivas para idosos (atividades adaptadas); academia da Terceira Idade; ações de lazer, convivência e promoção da saúde.
Secretaria Municipal de Educação	EJA para pessoas idosas; atividades culturais.
Secretaria Municipal de Fazenda	Serviço de isenção do IPTU
ILPI – Asilo São Vicente de Paulo	Acolhimento institucional de longa permanência.
Igrejas e Organizações Religiosas / Vicinárias	Atendimento voluntário, visitas, apoio social e espiritual.
APAE	Atendimento especializado a pessoas com deficiência e idosos.

6. DIAGNÓSTICO MUNICIPAL – NOVA ESPERANÇA (PR)
O município de Nova Esperança, localizado na região Noroeste do Paraná, possui 26.585 habitantes, conforme o Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
A dinâmica populacional local acompanha tendências observadas no estado e no país, marcadas pela redução da fecundidade, aumento da expectativa de vida e progressivo envelhecimento da população, o que exige ampliação e reorganização das políticas públicas voltadas à proteção social e à garantia de direitos.
A estimativa populacional para 2025 indica 27.142 habitantes, segundo projeção intercensitária do IBGE¹. Considerando a distribuição por gênero observada no Censo 2022 – 48,4% homens e 51,6% mulheres – estima-se que o município tenha, em 2025, aproximadamente 13.140 homens e 14.002 mulheres. Ressalta-se que esta projeção por sexo constitui estimativa técnica, pois o IBGE não divulga recorte populacional municipal por gênero nas estimativas anuais².

¹ IBGE. Censo Demográfico 2022: Resultados Preliminares. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023.
² IBGE. Estimativas Populacionais Municipais 2025. Série de Projeções Intercensitárias.
³ O IBGE divulga estimativas populacionais anuais apenas por país municipal, sem recorte por sexo ou faixa etária. A projeção aqui utilizada mantém a proporção observada no Censo 2022, mantendo-se a mesma proporção observada no Censo 2022, mantendo-se a mesma proporção observada no Censo 2022.

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA



Fonte: IBGE. Estimativas Populacionais 2025. Elaboração própria.
Não há dados oficiais que apresentem a distribuição etária estimada de 2025 para Nova Esperança. Por essa razão, este Plano adota como referência a estrutura etária do Censo 2022, utilizando projeções técnicas baseadas em tendências demográficas nacionais para subsidiar o planejamento local³.

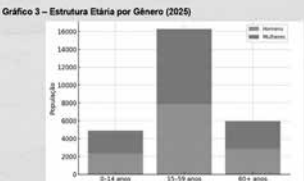


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2022 (estrutura etária como base). IBGE. Estimativas Populacionais 2025. Elaboração própria.

³ Na ausência de dados etários oficiais para estimativas municipais, recomenda-se utilizar estrutura etária censitária como base demográfica (como previsto em normas de planejamento urbano e planejamento local).

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

O Censo 2022 demonstra predomínio de mulheres nas idades mais avançadas, fenômeno amplamente reconhecido na literatura demográfica brasileira, associado à maior longevidade feminina. Essa característica implica demandas específicas nas políticas públicas municipais, especialmente no que se refere à proteção social, cuidados de longa duração, convivência, prevenção de violências e garantia de autonomia.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2022 (tabela de estrutura etária por sexo) ajustado para estimativas 2025. Elaboração própria.
O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,727, conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano elaborado pelo PNUD, IPEA e IBGE⁴. O indicador revela condições consideradas favoráveis em educação, renda e longevidade, embora persistam desigualdades internas e desafios de acesso integral aos serviços públicos.

⁴ PNUD, IPEA, IBGE. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), 2010.

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013. Elaboração própria.
A economia municipal apresenta forte participação do setor agropecuário, associada à gradual ampliação dos setores de comércio e serviços. Essa configuração produtiva influencia as condições de vida da população idosa, especialmente em relação à informalidade, continuidade do trabalho rural, acesso à renda e mobilidade.



Fonte: Estimativas econômicas locais da Prefeitura Municipal de Nova Esperança/PR (2025). IBGE – Contas Regionais e PIB dos Municípios (última atualização disponível). Elaboração própria.

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

6.1 ANÁLISE DAS VIOLÊNCIAS POR FAIXA ETÁRIA – NOVA ESPERANÇA
A análise das notificações de violências contra pessoas idosas no município de Nova Esperança, registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) entre 2023 e 2025, evidenciou um total de 11 ocorrências envolvendo indivíduos nas faixas de 60 a 69 anos e 70 a 79 anos.
No período, 54,5% (6 notificações) referem-se à faixa de 60 a 69 anos, enquanto 54,5% (5 notificações) concentram-se entre pessoas de 70 a 79 anos, demonstrando que esta última apresenta maior vulnerabilidade às situações de violência, ainda que a diferença seja moderada.

Distribuição anual das notificações
A evolução dos registros pode ser sintetizada da seguinte forma:

Ano	60–69 anos	70–79 anos	Total
2023	2	3	5
2024	1	3	4
2025	2	0	2
Total	5	6	11

Fonte: Ministério da Saúde. Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (2023–2025). Elaboração própria.
O ano de 2023 apresenta o maior número de casos registrados no período analisado. Em 2024, observa-se leve queda no total de notificações, embora a faixa de 70–79 anos permaneça com incidência elevada, sugerindo continuidade das situações de risco. Já em 2025, identifica-se redução significativa, sobretudo pela ausência de notificações na faixa de 70–79 anos.

Interpretação dos padrões observados
A faixa etária de 60 a 69 anos apresenta comportamento relativamente estável ao longo dos três anos (2 → 1 → 2 casos), indicando risco contínuo associado a aspectos

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

recorrentes na literatura especializada, como conflitos intrafamiliares, dependência financeira, sobrecarga de cuidado e início de declínio funcional que pode gerar situações de tenso nos domicílios.
A faixa de 70 a 79 anos, por sua vez, concentra os maiores índices em 2023 e 2024, o que é compatível com estudos que apontam maior vulnerabilidade em idades avançadas devido à maior dependência para atividades da vida diária, maior fragilidade física e maior exposição a negligências e violências silenciosas.
A redução abrupta em 2025 requer análise técnica mais aprofundada para identificar se o fenômeno decorre de diminuição real dos episódios de violência, mudanças no fluxo de atendimento e notificação, lacunas operacionais no preenchimento dos sistemas ou variações no perfil populacional atendido naquele ano.

6. PRINCIPAIS DESAFIOS IDENTIFICADOS
- Análise da realidade municipal, dos indicadores demográficos, socioeconômicos e das notificações de violência permite identificar um conjunto de desafios estruturais a serem enfrentados pelo município de Nova Esperança no campo da proteção e garantia de direitos da pessoa idosa:
- Crescimento acelerado da população idosa e aumento proporcional da demanda por políticas públicas especializadas.
 - Necessidade de ampliação e qualificação da rede de serviços voltados à saúde integral da pessoa idosa, especialmente na atenção primária.
 - Insuficiência de espaços públicos e comunitários de convivência, lazer, cultura e atividades intergeracionais.
 - Ampliação e fortalecimento da rede de apoio e proteção social para idosos em situação de vulnerabilidade e risco social.
 - Reforço da articulação intersetorial entre saúde, assistência social, educação, cultura, segurança pública, esporte e habitação, assegurando respostas integradas.

7. RECOMENDAÇÕES PARA ANÁLISE MUNICIPAL

- 7.1 APERFEIÇOAMENTO DA INVESTIGAÇÃO DOS DADOS
- Monitorar continuamente o compartilhamento das notificações de violências contra a pessoa idosa no município.
 - Verificar se a queda dos registros em 2025 representa redução real das ocorrências ou possíveis falhas de notificação.
 - Revisar e/ou estabelecer fluxos de atendimento e comunicação entre UBS, ESF, CRAS, CREAS e demais serviços da rede.

7.2 INTERVENÇÕES POR FAIXA ETÁRIA

- Faixa 60–69 anos
- Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
 - Ampliação de ações de educação financeira, grupos de convivência e apoio psicossocial.
- Faixa 70–79 anos
- Acompanhamento mais próximo pelas equipes de Estratégia Saúde da Família.
 - Intensificação de visitas domiciliares e vigilância em saúde do idoso.
 - Ações de prevenção à negligência, suporte à sobrecarga de cuidadores e articulação com o CRAS e CREAS.

7.3 AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- Qualificar permanentemente as equipes da rede para o preenchimento adequado das fichas de notificação do SINAN.
- Estimular formação continuada sobre identificação de sinais de violência, envelhecimento e direitos da pessoa idosa.

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

- 7.4 AÇÕES ESTRATÉGICAS
- Promover campanhas educativas permanentes sobre respeito, direitos e combate à violência contra a pessoa idosa, envolvendo todas as faixas etárias.
 - Capacitar profissionais da saúde, assistência social, educação, segurança pública e demais políticas para identificação de sinais de violência, fluxos de atendimento e procedimentos de notificação.
 - Fortalecer os canais de denúncia e o acompanhamento dos casos pelo CMDPI, CRAS, CREAS, Secretaria de Saúde, Polícia Militar e Delegacia da Polícia Civil.
 - Estimular o protagonismo da pessoa idosa, ampliando espaços de escuta, participação e controle social.
 - Desenvolver ações comunitárias com escolas, associações e lideranças locais, enfrentando o etarismo e promovendo relações intergeracionais solidárias.
 - Essas ações buscam consolidar uma cultura de respeito, dignidade e valorização da pessoa idosa, articulada aos princípios dos direitos humanos e às políticas públicas nacionais.

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

Ação estratégica	Órgão executor	Metas anualizadas	Fonte de financiamento	Resultado esperado
Promover ações de lazer para pessoas idosas, incluindo atividades culturais, esportivas, recreativas e passeios.	Secretaria de Assistência, Esporte e Lazer, Cultura	1 ano	Recursos municipais / Estaduais/Federais	Melhora física e emocional da população idosa e aumento da participação comunitária.
Promover ações e atividades culturais.	Secretaria de Cultura	1 ano	Recursos municipais	Acesso a atividades culturais.
Realizar estudo de demanda para construção de Condomínio do Idoso	Habitação / Cohapar	4 anos	Estado / Município	Construção do Condomínio do Idoso.
Realizar capacitações para cuidadores de pessoas idosas.	Secretaria de Assistência Social	1 ano	Recursos municipais	Número de cuidadores capacitados

Eixo 3 – Proteção e Enfrentamento às Violências

Objetivo: Prevenir e enfrentar violências

Ação estratégica	Órgão executor	Metas anualizadas	Fonte de financiamento	Resultado esperado
Elaborar e implementar Protocolo Municipal Intersetorial de Atendimento à Pessoa Idosa em situação de violência, definindo fluxos, responsabilidades.	CMDPI / SMAS / SAÚDE / CREAS	1 ano	Municipal	Atendimentos humanizados e com fluxo claro
Realizar oficinas e Grupo de apoio ao cuidador de pessoas idosas	SMAS / CRAS / CREAS / Saúde	1 ano	Municipal	Melhor bem-estar de cuidadores
Realizar Campanhas	Assistência Social /	6 meses (ciclo)	Municipal	Comunidade engajada.

Objetivo: Promover protagonismo

Ação estratégica	Órgão executor	Metas anualizadas	Fonte de financiamento	Resultado esperado
Implementar ações de divulgação dos direitos da pessoa idosa	CMDPI / Comunicação	Mensal	Municipal	População idosa mais informada
Fortalecer a rede de convivência da pessoa idosa	Esporte / Cultura / Assistência	Semanal	Municipal	Aumento da participação comunitária e da autonomia das pessoas idosas
Implementar ações intersetoriais que garantam a inclusão digital da pessoa idosa	Educação / Assistência	Semanal	Municipal	Autonomia digital ampliada
Oferecer Oficinas de dança e lazer, voltadas às pessoas idosas	Esporte / Cultura	Semanal	Municipal	Melhora física e emocional

Eixo 5 – Consolidação e Fortalecimento dos Conselhos

Objetivo: Fortalecer conselhos

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

Ação estratégica	Órgão executor	Metas anualizadas	Fonte de financiamento	Resultado esperado
Oferecer Formação continuada aos membros do CMDPI	CMDPI	Anual	Fundo Municipal	Conselheiros capacitados
Promover divulgação e visibilidade do CMDPI	CMDPI	Mensal	Municipal	Maior participação
Assegurar dotação orçamentária específica	Prefeitura / CMDPI	Calendário orçamentário	Municipal	Recursos assegurados

9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa constitui instrumento orientador da política pública, devendo ser acompanhado sistematicamente para assegurar sua efetividade.

Conforme Januzzi (2016), o monitoramento consiste no acompanhamento contínuo das ações, metas e indicadores, verificando o andamento da implementação e a adequação do uso dos recursos. Já a avaliação, segundo Cohen e Franco (2007), implica análise crítica da relevância, eficácia, eficiência e impacto das políticas executadas.

No caso de Nova Esperança, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) desempenha papel central, atuando como instância deliberativa e de controle social. Compete ao Conselho acompanhar a execução das ações previstas, avaliar resultados e recomendar ajustes necessários. O CNDI (2013) resalta que monitoramento e avaliação fortalecem a transparência, a participação social e a qualidade da gestão pública.

Esses processos devem ser compreendidos como práticas fundamentais de gestão democrática, permitindo identificar avanços e fragilidades, orientar decisões e assegurar que o Plano Municipal seja instrumento efetivo da garantia de direitos.

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS
O Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Nova Esperança constitui-se como instrumento estratégico para orientar políticas públicas, investimentos e ações voltadas à promoção da cidadania, da equidade e da participação social da população idosa. Inserido no contexto da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, cujo tema foi “Envelhecimento Multicultural e Democracia: urgência por Equidade, Direitos e Participação”, o Plano reafirma que o envelhecimento é processo multidimensional, profundamente marcado por desigualdades sociais e pela necessidade de garantia de direitos.

Em consonância com a Década do Envelhecimento Saudável (2021–2030), proposta pela Organização das Nações Unidas, o Plano estrutura-se nos quatro pilares centrais:

1. Combate ao etarismo e promoção da mudança de mentalidade.
 2. Construção de comunidades e ambientes que ampliem capacidades e favoreçam a autonomia.
 3. Cuidados integrados e centrados na pessoa, com ênfase na atenção primária.
 4. Garantia de cuidados de longa duração, especialmente para pessoas idosas em situação de dependência.
- A implementação efetiva dessas diretrizes demanda articulação intersetorial, compromisso político e participação ativa da sociedade civil. O enfrentamento das desigualdades, a ampliação do acesso a direitos e a promoção do protagonismo da pessoa idosa constituem desafios estruturais e urgentes.

O Plano representa, assim, um chamado à ação compartilhada entre governo, comunidade, famílias, instituições e as próprias pessoas idosas. Seu propósito é assegurar que todos envelheçam com dignidade, reconhecimento, proteção e voz – transformando a longevidade em um bem social para toda a comunidade de Nova Esperança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Diário Oficial da União, Brasília, 1994.
- BRASIL. Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996. Regulamenta a Política Nacional do Idoso.
- BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Institui o Estatuto do Idoso. Diário Oficial da União, Brasília, 2003. (Atualizado: Estatuto da Pessoa Idosa)
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Documentos orientadores e resoluções. Brasília, 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Rede de Serviços do SUAS. Brasília.
- BRASIL. Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidados. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2010 e 2022. Agência de Notícias IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/acesso/2025>
- JANUZZI, P. M. Indicadores para monitoramento de políticas públicas. 2016.
- COHEN, E.; FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais. 2007.
- NOVA ESPERANÇA (PR). Decreto nº 6.510, de 12 de novembro de 2025. Institui o Comitê de Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Nova Esperança. Nova Esperança: Prefeitura Municipal, 2025.
- NOVA ESPERANÇA (PR). Lei Municipal nº 1.854, de 19 de junho de 2006. Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Nova Esperança. Nova Esperança: Prefeitura Municipal, 2006.
- NOVA ESPERANÇA (PR). Lei Municipal nº 2.550, de 2 de março de 2017. Institui o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. Nova Esperança: Prefeitura Municipal, 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Década do Envelhecimento Saudável 2021–2030.

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA ESPERANÇA

- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Guia Global: Cidade Amiga da Pessoa Idosa. Genebra.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas. Washington, 2015.
- OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. Década do Envelhecimento Saudável 2021–2030: Plano de Ação. Brasília: OPAS, 2021.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa. Documentos institucionais e normativos da Política Estadual da Pessoa Idosa.
- PARANÁ. Lei nº 22.189, de 13 de novembro de 2024. Institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, 13 nov. 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545
CNPJ: 15.730.994/0001-01 | www.novaeperanca.pr.gov.br

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO DE TRABALHO

RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO Nº 008/2006 Edital nº 001/2006	
CONTRATANTE: PREFEITURA M. DE NOVA ESPERANÇA	CNPJ: 75.730.994/0001-09
CONTRATADA: MARINA FERREIRA DE SOUZA CAMPOS	CPF: xxx.274.689-xx
OBJETIVO DO CONTRATO: A CONTRATADA trabalhou como AUXILIAR DE ENFERMAGEM para a CONTRATANTE, em atendimento ao Programa Saúde da Família “RSF”, Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado nº 008/2006, Lei Municipal nº 9.962/2000, por 40 horas semanais, obedecendo disposições legais e regulamentos à espécie e a qualidade de seu cargo.	
OBJETIVO DA RESCISÃO: Rescisão sem justa causa por iniciativa da empregada	
DATA DA RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO: 04/12/2025	
PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS QUATRO (04) DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO (12) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (2025).	

(Assinatura Digital)
JOÃO EDUARDO PASQUINI
-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545
CNPJ: 15.730.994/0001-01 | www.novaeperanca.pr.gov.br

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

O MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Avenida Rocha Pombo, 1.453, inscrito no CNPJ nº 75.730.994/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o senhor JOÃO EDUARDO PASQUINI, e a pessoa jurídica abaixo descrita, resolve alterar o contrato, conforme quadro abaixo:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0227/2024, EXTRAÍDA DO PREÇO ELETRÔNICO Nº 047/2024
Contratado: CEREZAMAR HOSPEDAGEM EIRELI CNPJ nº 04.254.088/0001-29
Objeto: O presente termo objetiva alteração contratual com vistas à prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 04/2025, extraído da Ata de Registro de Preços nº 04/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 0123/2023, da empresa CEREZAMAR HOSPEDAGEM EIRELI, por mais 12 (doze) meses (03/01/2026 a 03/01/2027), consoante os ditames do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.
Data de Assinatura: 10 de Dezembro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, DEZ (10) DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO (12) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (2025).

JOÃO EDUARDO PASQUINI
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545
CNPJ: 15.730.994/0001-01 | www.novaeperanca.pr.gov.br

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

O MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Avenida Rocha Pombo, 1.453, inscrito no CNPJ nº 75.730.994/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o senhor JOÃO EDUARDO PASQUINI, e a pessoa jurídica abaixo descrita, resolve alterar o contrato, conforme quadro abaixo:

SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0227/2024, EXTRAÍDA DO PREÇO ELETRÔNICO Nº 047/2024
Contratado: CEREZAMAR HOSPEDAGEM EIRELI CNPJ nº 04.254.088/0001-29
Objeto: O presente termo objetiva o realinhamento de preços do Contrato nº 04/2025, extraído da Ata de Registro de Preços nº 04/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 0123/2023, da empresa CEREZAMAR HOSPEDAGEM EIRELI, conforme índice INPC, passando o ITEM 01 do LOTE 01 dos atuais R\$105,48 (cento e cinco reais e quarenta e oito centavos) para R\$111,32 (cento e onze reais e trinta e nove centavos) e o ITEM 02 do LOTE 01 dos atuais R\$156,41 (cento e cinquenta e seis reais e quarenta e um centavos) para R\$165,17 (cento e sessenta e cinco reais e dezesseis centavos), conforme Memorando nº 14.522/2025, consoante os ditames do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.
Data de Assinatura: 10 de Dezembro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, DEZ (10) DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO (12) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (2025).

JOÃO EDUARDO PASQUINI
PREFEITO MUNICIPAL

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 827F-47BB-EEEE-C857

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

JOÃO EDUARDO PASQUINI (CPF 550.XXX.XXX-49) em 15/12/2025 08:49:01 GMT-03:00
Página: 1
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora Idoc (Assinatura Idoc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://novaeperanca.1doc.com.br/verificacao/827F-47BB-EEEE-C857>

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
Av. Rocha Pombo, 453 - Fone (44) 3252-4545
CNPJ: 75.730.994/0001-09 | www.novoesperanca.pr.gov.br
Gestão 2025-2028

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
CNPJ nº 35.561.938/0001-20

O MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Avenida Rocha Pombo, 1.453, inscrito no CNPJ/ME sob nº 75.730.994/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o senhor **JOÃO EDUARDO PASQUINI**, e a pessoa jurídica abaixo descrita, resolveu alterar o contrato, conforme quadro abaixo:

NOVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0148 DE 2023, ORIENTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2023

Contratado: 3. ARAÚJO ENGENHARIA LTDA CNPJ nº 35.561.938/0001-20

Objeto: O presente termo objetiva alteração contratual com vistas à **prorrogação do PRAZO de VIGÊNCIA e EXECUÇÃO do Contrato nº 0148/2023, oriundo da Tomada de Preços nº 017/2023**, da empresa **3. ARAÚJO ENGENHARIA LTDA, sendo a VIGÊNCIA em 90 (noventa) dias (08/12/2025 a 07/03/2026) e a EXECUÇÃO também em 90 (noventa) dias (08/12/2025 a 07/03/2026)**, conforme Parecer da Engenharia Municipal de Planejamento e Desenvolvimento.

Data de Assinatura: 08 de Dezembro de 2025.

PACO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, OITO (08) DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO (12) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (2025).

JOÃO Eduardo Pasquini
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA
Estado do Paraná
Relação de VALORES RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL.
Período de 04/12/2025 a 12/12/2025

De ordem do senhor Prefeito Municipal, JOÃO EDUARDO PASQUINI, para fins de cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 475 de 20 de Maio de 1997, Constatou a Vossa Senhoria que o município de NOVA ESPERANÇA recebeu do Governo Federal os recursos a seguir discriminados, que se descrevem, quando for o caso, ao cumprimento de convênios ou contratos celebrados:

Recibo	Data	Descritor	Valor
17.1.1.1.1.1	10/09/2020	1 - Renda	1.390.402,96
17.1.1.1.2	08/09/2020	1 - Renda	1.945.170,61
17.1.1.1.3	08/09/2020	1 - Renda	121.000,00
17.1.1.1.4	08/09/2020	1 - Renda	43.913,00
17.1.1.1.5	08/09/2020	1 - Renda	254.000,00
17.1.1.1.6	08/09/2020	1 - Renda	10.313,49
17.1.1.1.7	08/09/2020	1 - Renda	49.000,00
17.1.1.1.8	08/09/2020	1 - Renda	43.000,00
17.1.1.1.9	08/09/2020	1 - Renda	14.824,65
17.1.1.1.10	08/09/2020	1 - Renda	9.912,81
17.1.1.1.11	08/09/2020	1 - Renda	8.700,00
17.1.1.1.12	08/09/2020	1 - Renda	1.900.000,00
17.1.1.1.13	08/09/2020	1 - Renda	1.386.000,00
17.1.1.1.14	08/09/2020	1 - Renda	198.000,00
17.1.1.1.15	08/09/2020	1 - Renda	1.287.342,37

JOÃO EDUARDO PASQUINI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Nova Esperança, com sede na Avenida Santos Dumont 515, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.841.417/0001-40, neste ato representada pelo Presidente, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor Bryan Oliveira Pasquini, e a pessoa física abaixo descrita, celebraram o presente Termo Aditivo de contrato, oriundo da Inexigibilidade nº 01/2023, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, conforme quadro abaixo:

CONTRATADO: JORNAL NOROESTE AGORA LTDA - CNPJ/MF nº 02.196.872/0001-00 ME

Objeto do Contrato: Publicidade Institucional e de Atos Oficiais (Lei, Decretos, Comunicados, Regulamentos, Portarias, Editais, Resoluções, Despachos, Bulhões e Boletins) da Câmara Municipal de Nova Esperança, com periodicidade mínima mensal e circulação local.

Valor Global: R\$40.000,00 (Quarenta Mil Reais)

Vigência: 19 de Dezembro de 2025.

Data de Assinatura: 09 de Dezembro de 2025.

Firma: Câmara de Nova Esperança, Estado do Paraná.

SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS QUINZE (15) DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO (12) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (2025).

Bryan Oliveira Pasquini
Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Nova Esperança, com sede na Avenida Santos Dumont, 515, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.841.417/0001-40, neste ato representada pelo Presidente, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor Bryan Oliveira Pasquini, e a pessoa física abaixo descrita, celebraram o presente Termo Aditivo de contrato, oriundo do Pregão Eletrônico 02/2023, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, conforme quadro abaixo:

CONTRATADO: RMP MOVES LTDA CNPJ nº 33.825.579/0001-39

Objeto do Contrato: Contratação de empresa para fornecimento de poltronas para auditório, poltronas modelo presidente, poltronas modelo diretor, cadeiras fixas em polipropileno, sofá de três lugares e poltronas individuais para a Câmara Municipal de Nova Esperança.

Valor Global: R\$ 4.091,00 (Quatro Mil e Noventa e Seis Reais e Centavos)

Data de Assinatura: 09 de dezembro de 2025.

Firma: Câmara de Nova Esperança, Estado do Paraná.

SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS QUINZE (15) DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO (12) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE CINCO (2025).

Bryan Oliveira Pasquini
Presidente da Câmara

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR
Rua Dona Sinhá, 322 - Jardim Horizonte - CNPJ - 76.279.959/0001-70
CEP - 87.180-000 - Fone: (44) 3135-0810
Site: www.presidentecastelobranco.pr.gov.br

DECRETO Nº 1395, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025.

SÚMULA: Regulamenta e estabelece normas, critérios e procedimentos que assegurem legalidade e transparência na distribuição de classes/salas de aulas para os professores das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino do Município de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná e dá outras providências.

JOÃO PERICLES MARTINATI, Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de regulamentar o processo de distribuição de classes/salas de aulas aos professores das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o ano letivo de 2026.

DECRETA

Art. 1º. A distribuição de classes/salas de aulas para o exercício de docência aos professores para a Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais, Educação Especial e Sala de Recursos Multifuncional tipo I (SRM), nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino dar-se-á em observância nas normas, critérios e procedimentos estabelecidos neste Decreto.

Art. 2º. Os Diretores das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino deverão apresentar junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo com antecedência de 3 (três) dias à data da distribuição das classes/salas, quadro demonstrativo contendo a quantidade de turmas conforme matrículas por modalidade de atendimento da Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais, Educação Especial e Sala de Recursos Multifuncional tipo I (SRM).

Art. 3º. Para a distribuição de classes/salas de aulas nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino são convocados anualmente todos os Professores.

§ 1º. Na impossibilidade do Professor não comparecer, deverá designar através de procuração simples seu representante legal.

§ 2º. Na ausência do professor ou representante legal, o mesmo perderá o direito de escolha.

Art. 4º. Os professores participantes na distribuição de classes/salas de aulas nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, serão submetidos previamente a classificação na qual será considerado:

§ 1º. Tempo de Serviço computado a partir de ingresso por concurso público no magistério, exceto período de afastamento por licença sem vencimentos;

§ 2º. Em caso de empate, será observado os seguintes critérios:

Art. 5º. Não participará do processo de distribuição de classes/salas de aulas o professor que estiver em:

I - Disponibilidade para outro órgão;

II - Licença sem vencimentos;

III - Licença maternidade;

IV - Licença para tratamento de saúde por período superior a 15 (quinze) dias;

V. Licença prêmio ou especial.

Parágrafo único. Os professores que estiverem conforme o caput acima ficam determinados que quando do seu retorno, reassumirão atividades que se fizerem necessárias determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º. A distribuição de classes/salas de aulas aos professores das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino realizar-se-á em local público, em data e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo.

§ 1º. Os processos de distribuição de classes/salas de aulas serão efetivados pelos Diretores das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino sob a Coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo;

§ 2º. Com vistas na ordem de classificação dos professores, de Educação Infantil e Ensino Fundamental estes poderão optar pela Unidade Escolar, Período e classes/salas de aulas a qual assumirá;

§ 3º. A seleção dos professores da Rede Municipal de Ensino será aprovada pelo Secretário Municipal de Educação, tendo em vista as necessidades de ensino;

Art. 7º. Após a distribuição de classes/salas de aulas, a troca de turma ou período, só poderá ocorrer se não existir prejuízo para o professor sendo realizada através de permuta amigável entre eles e condicionada a aprovação da Direção das Unidades Escolares e com aval da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo;

§ 5º. O professor interessado em realizar permuta na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental deverá aguardar o final da distribuição de classes/salas de aulas para optar pela turma disponível.

Art. 8º. A concessão de Remoção ou Permuta, solicitada pelos professores compete à Secretaria Municipal de Educação, cuja decisão e havendo vagas realizar-se-á, observada e atendendo prioritariamente aos interesses do ensino e da educação.

Art. 9º. Ao Professor de Educação Física investido em Concurso Público de provas e títulos, e que possa formação específica na área deverá apresentar a Unidade Escolar da Rede Municipal de Ensino em que atua e junto a Secretaria Municipal de Educação atividades a serem realizadas durante o ano letivo ou a ser proposta pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 10. Para o Ensino Fundamental nas turmas de 1º ao 5º anos os professores que assumirem a turma, desenvolverão atividades relacionadas às disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Arte ficando responsável pelo RCO (Registro de Classe on-line) e avaliações dessas disciplinas.

Art. 11. Para os professores que assumirem a hora atividade no Ensino Fundamental, anos iniciais terão que completar seu período de trabalho em outra escola Municipal Ensino Fundamental I de Presidente Castelo Branco - Pr caso seja necessário.

Art. 12. Para a Educação Infantil, os professores que assumirem as turmas desenvolverão atividades específicas dos campos de experiência, ficando responsável pelo RCO, relatórios e pareceres avaliadores dos alunos.

Art. 13. O professor pedagogo de cada Unidade Escolar da Rede Municipal de Ensino deverá acompanhar os professores em suas Horas Atividades orientando-os nas seguintes atribuições:

a) Digitação Quinzenal do Parecer dos alunos na ficha de acompanhamento individual;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR
Rua Dona Sinhá, 322 - Jardim Horizonte - CNPJ - 76.279.959/0001-70
CEP - 87.180-000 - Fone: (44) 3135-0810
Site: www.presidentecastelobranco.pr.gov.br

I - Maior idade;
II - Maior número de filhos.

Art. 5º. Não participará do processo de distribuição de classes/salas de aulas o professor que estiver em:

I - Disponibilidade para outro órgão;

II - Licença sem vencimentos;

III - Licença maternidade;

IV - Licença para tratamento de saúde por período superior a 15 (quinze) dias;

V. Licença prêmio ou especial.

Parágrafo único. Os professores que estiverem conforme o caput acima ficam determinados que quando do seu retorno, reassumirão atividades que se fizerem necessárias determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º. A distribuição de classes/salas de aulas aos professores das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino realizar-se-á em local público, em data e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo.

§ 1º. Os processos de distribuição de classes/salas de aulas serão efetivados pelos Diretores das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino sob a Coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo;

§ 2º. Com vistas na ordem de classificação dos professores, de Educação Infantil e Ensino Fundamental estes poderão optar pela Unidade Escolar, Período e classes/salas de aulas a qual assumirá;

§ 3º. A seleção dos professores da Rede Municipal de Ensino será aprovada pelo Secretário Municipal de Educação, tendo em vista as necessidades de ensino;

Art. 7º. Após a distribuição de classes/salas de aulas, a troca de turma ou período, só poderá ocorrer se não existir prejuízo para o professor sendo realizada através de permuta amigável entre eles e condicionada a aprovação da Direção das Unidades Escolares e com aval da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo;

§ 5º. O professor interessado em realizar permuta na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental deverá aguardar o final da distribuição de classes/salas de aulas para optar pela turma disponível.

Art. 8º. A concessão de Remoção ou Permuta, solicitada pelos professores compete à Secretaria Municipal de Educação, cuja decisão e havendo vagas realizar-se-á, observada e atendendo prioritariamente aos interesses do ensino e da educação.

Art. 9º. Quando da junção ou extinção de turma o Professor será remanejado para a Secretaria Municipal de Educação a qual designará para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de acordo com as necessidades e ou em substituição conforme o previsto no Capítulo VII - DAS MUDANÇAS FUNCIONAIS SEÇÃO I DA SUBSTITUIÇÃO, da Lei Municipal nº 659/2004.

Art. 10. Para o Ensino Fundamental nas turmas de 1º ao 5º anos os professores que assumirem a turma, desenvolverão atividades relacionadas às disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Arte ficando responsável pelo RCO (Registro de Classe on-line) e avaliações dessas disciplinas.

Art. 11. Para os professores que assumirem a hora atividade no Ensino Fundamental, anos iniciais terão que completar seu período de trabalho em outra escola Municipal Ensino Fundamental I de Presidente Castelo Branco - Pr caso seja necessário.

Art. 12. Para a Educação Infantil, os professores que assumirem as turmas desenvolverão atividades específicas dos campos de experiência, ficando responsável pelo RCO, relatórios e pareceres avaliadores dos alunos.

Art. 13. O professor pedagogo de cada Unidade Escolar da Rede Municipal de Ensino deverá acompanhar os professores em suas Horas Atividades orientando-os nas seguintes atribuições:

a) Digitação Quinzenal do Parecer dos alunos na ficha de acompanhamento individual;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR
Rua Dona Sinhá, 322 - Jardim Horizonte - CNPJ - 76.279.959/0001-70
CEP - 87.180-000 - Fone: (44) 3135-0810
Site: www.presidentecastelobranco.pr.gov.br

Parágrafo único. As aulas de Educação Física serão atribuídas aos professores devidamente habilitados.

Art. 9º. Quando da junção ou extinção de turma o Professor será remanejado para a Secretaria Municipal de Educação a qual designará para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de acordo com as necessidades e ou em substituição conforme o previsto no Capítulo VII - DAS MUDANÇAS FUNCIONAIS SEÇÃO I DA SUBSTITUIÇÃO, da Lei Municipal nº 659/2004.

Parágrafo único. Na junção ou extinção de turma será observada a ordem alfabética na Educação Infantil e Ensino Fundamental nos anos iniciais por período.

Art. 10. Para o Ensino Fundamental nas turmas de 1º ao 5º anos os professores que assumirem a turma, desenvolverão atividades relacionadas às disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Arte ficando responsável pelo RCO (Registro de Classe on-line) e avaliações dessas disciplinas.

Art. 11. Para os professores que assumirem a hora atividade no Ensino Fundamental, anos iniciais terão que completar seu período de trabalho em outra escola Municipal Ensino Fundamental I de Presidente Castelo Branco - Pr caso seja necessário.

Art. 12. Para a Educação Infantil, os professores que assumirem as turmas desenvolverão atividades específicas dos campos de experiência, ficando responsável pelo RCO, relatórios e pareceres avaliadores dos alunos.

Art. 13. O professor pedagogo de cada Unidade Escolar da Rede Municipal de Ensino deverá acompanhar os professores em suas Horas Atividades orientando-os nas seguintes atribuições:

a) Digitação Quinzenal do Parecer dos alunos na ficha de acompanhamento individual;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR
Rua Dona Sinhá, 322 - Jardim Horizonte - CNPJ - 76.279.959/0001-70
CEP - 87.180-000 - Fone: (44) 3135-0810
Site: www.presidentecastelobranco.pr.gov.br

b) Preencher o RCO (Registro de Classe On-line);

c) Corrigir avaliações e atividades;

d) Corrigir atividades realizadas no caderno aluno e tarefas de casa;

e) Ler, estudar e pesquisar literaturas indicadas pela coordenação pedagógica visando enriquecimento do conhecimento;

f) Preparar com antecedência os materiais e outros recursos pedagógicos que serão utilizados nas atividades programadas para a semana (jogos, material dourado, livros, equipamentos tecnológicos, dentre outros);

g) Preparar atividades complementares e ou tarefas principalmente para os alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem;

h) Participar de Conselho de classe para novos encaminhamentos metodológicos;

i) Acompanhar a execução das ações propostas a fim de garantir melhoria de desempenho escolar;

j) Articular a execução de que vislumbrem o vínculo família/escola (Atendimento aos pais e planejamento das atividades).

Parágrafo único. O Professor designado pelo diretor da unidade escolar para a função de pedagogo e com o aval da Secretaria de Educação, detentor de um padrão de 20 horas que optar por dobra de padrão deverá respeitar a ordem de distribuição do período extra.

Art. 14. Complete a Direção das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e a Secretaria Municipal de Educação far observância às normas, critérios e procedimentos adotados nestes Decretos.

Art. 15. Os casos omissos serão apreciados e decididos pela Secretaria Municipal de Educação, Departamento Jurídico e Chefe do Poder Executivo.

Art. 16. A Secretaria Municipal da Educação publicará este Decreto, no jornal Oficial do Município.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e fixado em Edital nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, revogadas as demais disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Presidente Castelo Branco, PR, em 15 de dezembro de 2025.

JOÃO PERICLES MARTINATI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO
CNPJ: 76.279.959/0001-70
Rua Dona Sinhá, 322 - Jardim Horizonte - CNPJ - 76.279.959/0001-70
Estado do Paraná

DECRETO Nº 1395/2025

SÚMULA: Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar, no orçamento do exercício corrente, e das outras providências.

O Sr. João Péricles Martinati, Prefeito Municipal de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº1257 de 18 de Dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAA, para o Exercício financeiro de 2025, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ - 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), destinado a reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

26.001.17.512.0201.2202	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA		
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30076	RS 25.000,00
	TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR	RS	25.000,00

Art. 2º. Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, ficam autorizados o seguinte precatório o inciso I do 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, a saber:

1 - SUPERAVIT FINANCEIRO LÍQUIDO:

SUPERAVIT FINANCEIRO ANTERIOR	30076	RS	25.000,00
-------------------------------	-------	----	-----------

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco, aos 15 dias do mês de Dezembro de 2025.

JOÃO PERICLES MARTINATI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR
Rua Dona Sinhá, 322 - Jardim Horizonte - CNPJ - 76.279.959/0001-70
CEP - 87.180-000 - Fone: (44) 3135-0810
Site: www.presidentecastelobranco.pr.gov.br

ESPÉCIE: Contrato nº 256/2025 - PM/CEB.

REF.: Dispensa Eletrônica nº. 20/2025.

PARTES: Município de Presidente Castelo Branco e a empresa ARTE ENCENADA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. CNPJ Nº 45.177.087/0001-05

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
01	ESPECTÁCULO DE NATAL "SONHO MÁGICO".	1	24	24.000,00
02	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
03	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
04	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
05	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
06	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
07	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
08	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
09	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
10	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
11	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
12	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
13	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
14	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
15	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
16	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
17	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
18	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
19	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
20	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
21	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
22	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
23	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
24	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
25	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
26	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
27	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
28	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
29	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
30	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
31	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
32	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
33	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
34	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
35	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
36	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
37	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
38	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
39	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
40	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
41	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
42	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
43	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
44	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
45	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
46	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
47	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
48	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
49	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
50	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
51	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
52	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
53	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
54	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
55	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
56	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
57	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
58	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
59	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
60	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
61	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
62	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
63	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
64	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
65	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
66	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
67	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
68	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
69	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
70	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
71	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
72	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
73	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
74	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
75	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
76	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
77	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
78	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
79	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
80	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
81	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
82	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
83	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
84	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
85	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
86	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
87	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
88	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
89	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
90	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
91	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
92	1 ARTISTA	1	24	24.000,00
93	1 ARTISTA	1		

ARTIGO

Um texto e um poema



Jan Carlos Berto

A vida tem dessas coisas. Após mais um dia de professor intenso e corrido, com as demandas que envolvem o fechamento de mais um ano letivo, o sol se pôs. Ao cair da noite, o cansaço me abateu, como ocorre diariamente com grande parte da população.

Há quem sustente a ideia de que o sistema é cirúrgico em sua engenharia de exaustão: ele nos quer cansados, esvaziados de tempo e de espírito, para que a reflexão seja um luxo negado. Nesse ritmo, não há espaço para a reflexão, apenas a hora-relógio, que nos fornece o “tempo hábil” para cumprir tarefas diárias e compromissos agendados.

Suficientemente exausto e entregue a esse cansaço, preparo-me para dormir. Afinal, amanhã tem mais... Eis que o inesperado acontece, contradizendo o sistema que me quer dormindo e não pen-

sando. O esgotamento deu lugar à reflexão, e a criatividade se aguçou.

Devo confessar que minhas inspirações surgem em momentos inusitados, seja no silêncio da conexão pessoal ou em momentos aleatórios do cotidiano. Desta vez, ocorreu no meio da madrugada. Em um lapso de inspiração, despertei de um sono leve e assim, exponho nas linhas que se seguem, o poema denominado “A Contradição em Versos” que me veio à mente.

Matam borboletas, e
querem lagartas;
Desprezam as flores,
e querem frutos no
desabrochar;
Destroem a semente, e
querem o fruto maduro;
Utilizam agrotóxicos, e
querem frutos frescos;
Desprezam as minhocas, e
querem solo fértil;
Queimam as folhas caídas,
e querem a germinação das
sementes;
Cimentam a terra, e querem
coletar tubérculos;
Pintam o cinza, e querem o
verde;
Arrancam as raízes, e

esperam que o futuro
floresça;
Cortam os pássaros, e
querem as árvores de pé;
Destroem os ninhos, e
querem os ovos;
Destroem os ovos, e
esperam pelo voo;
Poluem os peixes, e
querem águas saudáveis;
Secam o rio pleno, e
querem preservar as
nascentes;
Poluem o ar puro, e querem
sentir a brisa do céu diurno;
Poluem as estrelas, e
querem ver o céu noturno;
Plantam a ilusão, e querem
a sinceridade nua;
Vestem a máscara, e
almejam o laço puro;
Tecem a trapaça, e buscam
o olhar franco;
Cultivam a dor, e querem
sentir o amor;
Cultivam pesadelos, e
querem acordar de sonhos
leves;
Brigam entre si por dinheiro,
e querem o equilíbrio e a
conexão;
Rasgam a história, e
querem escrever o livro;
Queimam a memória e a
floresta, e querem sustentar
o bem-estar humano;
Desencadeiam a guerra, e
querem a paz e o silêncio;
Clamam por abrigo, e
destroem o lar;
Destroem o nosso lar.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO.

Estado do Paraná
Rua Dona Sônia, 322 - Jardim Hortênsia - CEP: 87.180-000 - Tel: 44-3113-0810
E-mail: rh@presidentecastelobranco.pr.gov.br
www.presidentecastelobranco.pr.gov.br

PORTARIA Nº226/2025

O Prefeito Municipal de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83, parágrafo único, da Lei Municipal 770/2008 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Presidente Castelo Branco-Pr), e, considerando a solicitação contida no ofício nº090/2025 de 22/12/2025, da Secretaria Municipal Assistente Social:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedido Férias Remuneradas Fracionadas de 15(quinze) dias e 1/3 das mesmas a Servidora Pública Municipal, Sra. MARIA LÚCIA ROCHA TROLEIS, ocupante do Cargo Efetivo de ASSISTENTE SOCIAL(30H), referente ao período aquisitivo de 13/07/2023 à 13/07/2024;
Artigo 2º - A concessão das férias terá início em 19/01/2026 e término em 02/02/2026;
Artigo 3º - Fica 15(quinze) dias restantes, para usufruir posteriormente;
Artigo 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Presidente Castelo Branco, 15 de Dezembro de 2025.

JOÃO PERICLES MARTINATI
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO.

Estado do Paraná
Rua Dona Sônia, 322 - Jardim Hortênsia - CEP: 87.180-000 - Tel: 44-3113-0810
E-mail: rh@presidentecastelobranco.pr.gov.br
www.presidentecastelobranco.pr.gov.br

PORTARIA Nº227/2024

O Prefeito Municipal de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83, parágrafo único, da Lei Municipal 770/2008 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Presidente Castelo Branco-Pr), e, considerando a solicitação contida no ofício nº89/2025, da Secretaria Municipal Assistente Social:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedido Férias Remuneradas Fracionadas de 15(quinze) dias restantes do período aquisitivo de 01/11/2023 à 01/11/2024 e 15(quinze) dias e 1/3 de Férias do período aquisitivo de 01/11/2024 à 01/11/2025 a Servidora Pública Municipal, Sra. THAIRILA SUELLEN FANICO, ocupante do Cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, designada para exercer as funções junto a Secretaria Municipal de Assistência Social;
Artigo 2º - A concessão das férias de 15(quinze) dias restantes, terá início em 05/01/2026 e término em 19/01/2026;
Artigo 3º - A concessão das Férias de 15(quinze) dias e 1/3, terá início em 20/01/2026 e término em 03/02/2026, ficando 15(quinze) dias para serem usufruídas posteriormente;
Artigo 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Presidente Castelo Branco, 15 de Dezembro de 2025.

JOÃO PERICLES MARTINATI
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO.

Estado do Paraná
Rua Dona Sônia, 322 - Jardim Hortênsia - CEP: 87.180-000 - Tel: 44-3113-0810
E-mail: rh@presidentecastelobranco.pr.gov.br
www.presidentecastelobranco.pr.gov.br

PORTARIA Nº 221/2025

Concede Férias Remuneradas Fracionadas e 1/3 das mesmas ao Servidor do Quadro de Agente Político

JOÃO PERICLES MARTINATI, Prefeito Municipal de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Artigo 1º - **CONCEDER** ao Servidor Público Municipal, Sr. MARCO AURELIO ROQUE, Matrícula nº1126, ocupante do Cargo de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SEGURANÇA PÚBLICA, Férias Fracionadas e 1/3 das mesmas de 15(quinze)dias a partir de 19/01/2026 à 02/02/2026, pelo período aquisitivo 01/01/2025 à 31/12/2025, ficando 15(quinze) dias de suas férias para serem usufruídas posteriormente.
Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Pres. Castelo Branco, 15 de Dezembro de 2025.

JOÃO PERICLES MARTINATI
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO.

Estado do Paraná
Rua Dona Sônia, 322 - Jardim Hortênsia - CEP: 87.180-000 - Tel: 44-3113-0810
E-mail: rh@presidentecastelobranco.pr.gov.br
www.presidentecastelobranco.pr.gov.br

PORTARIA Nº222/2025

O Prefeito do Município de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83, parágrafo único, da Lei Municipal 770/2008 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Presidente Castelo Branco-Pr), e, considerando a solicitação contida no ofício nº89/2025, de 22 de Dezembro de 2025 da Secretaria Municipal Assistente Social:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedido Férias Remuneradas Fracionadas de 15(quinze) dias restantes a Servidora Pública Municipal, Sra. MARIA IZABEL ROQUE, Mat. 483 ocupante do Cargo efetivo de PSICÓLOGO(30H), referente ao período aquisitivo de 01/03/2024 à 01/03/2025;
Artigo 2º - A concessão das férias terá início em 05/01/2025 e término em 19/01/2026;
Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Presidente Castelo Branco, 15 de Dezembro de 2025.

JOÃO PERICLES MARTINATI
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO.

Estado do Paraná
Rua Dona Sônia, 322 - Jardim Hortênsia - CEP: 87.180-000 - Tel: 44-3113-0810
E-mail: rh@presidentecastelobranco.pr.gov.br
www.presidentecastelobranco.pr.gov.br

PORTARIA Nº 223/2025

Concede Férias Remuneradas Fracionadas e 1/3 das mesmas a Servidor do Quadro de Agente Político

JOÃO PERICLES MARTINATI, Prefeito Municipal de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Artigo 1º - **CONCEDER** a Servidora Pública Municipal, Sra. CRISTHIANE GONÇALVES DE SOUZA MARTINATI, Matrícula nº1131, ocupante do Cargo de Agente Político de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Férias Fracionadas e 1/3 das mesmas de 15(quinze)dias a partir de 06/01/2026 à 20/01/2026, pelo período aquisitivo 01/01/2025 à 31/12/2025, ficando 15(quinze) dias de suas férias para serem usufruídas posteriormente.
Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Pres. Castelo Branco, 15 de Dezembro de 2025.

JOÃO PERICLES MARTINATI
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO.

Estado do Paraná
Rua Dona Sônia, 322 - Jardim Hortênsia - CEP: 87.180-000 - Tel: 44-3113-0810
E-mail: rh@presidentecastelobranco.pr.gov.br
www.presidentecastelobranco.pr.gov.br

PORTARIA Nº 224/2025

Concede Férias Remuneradas a Servidor do Quadro de Cargo em Comissão

JOÃO PERICLES MARTINATI, Prefeito Municipal de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Artigo 1º - **CONCEDER** a Servidora Pública Municipal, Sra. TAYNARA GIRÓ DA SILVA, Matrícula nº1140, ocupante do Cargo em Comissão de ASSESSORA DE DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL, Férias Remuneradas e 1/3 das mesmas a partir de 05/01/2026 à 03/02/2026, pelo período aquisitivo 01/01/2025 à 31/12/2025.
Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Pres. Castelo Branco, 15 de Dezembro de 2025.

JOÃO PERICLES MARTINATI
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO.

Estado do Paraná
Rua Dona Sônia, 322 - Jardim Hortênsia - CEP: 87.180-000 - Tel: 44-3113-0810
E-mail: rh@presidentecastelobranco.pr.gov.br
www.presidentecastelobranco.pr.gov.br

PORTARIA Nº 225/2025

Concede Férias Remuneradas a Servidor do Quadro Efetivo.

JOÃO PERICLES MARTINATI, Prefeito Municipal de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º - **CONCEDER** a Servidora Pública Municipal Sra. VILMA MANTOVANI CALAIS, matrícula nº239, ocupante do cargo de provimento efetivo de ZELADOR, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Férias Remuneradas e 1/3 das mesmas a partir de 05/01/2026 à 03/02/2026, pelo período aquisitivo de 08/06/2022 a 08/06/2023.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Presidente Castelo Branco, 15 de Dezembro de 2025.

JOÃO PERICLES MARTINATI
PREFEITO MUNICIPAL

Projetos para garantir envelhecimento saudável ganham força no SUS do Paraná

As projeções mostram que, em 25 anos, o Paraná terá quase um terço de seus habitantes com mais de 60 anos. Serão cerca de 3,7 milhões de pessoas nessa faixa etária, frente aos atuais 17 por cento da população, aproximadamente 2 milhões de habitantes, segundo o Ipardes

O Governo do Estado, por meio da Secretaria da Saúde, segue ampliando e qualificando a rede assistencial do Sistema Único de Saúde (SUS), com foco no cuidado integral, na prevenção de agravos e no acompanhamento da capacidade funcional da população idosa.

Desde 2019, o Estado desenvolve ações com uma nova abordagem para o envelhecimento. Em 2025, o trabalho se manteve fortalecido. As políticas públicas voltadas à promoção da autonomia e da capacidade funcional já impactam diretamente a rotina de pessoas como Olga Blachechen, de 58 anos, moradora de Bituruna, no Sul do Paraná. Ela conta que enfrentava limitações de mobilidade, ansiedade e estresse. Com o apoio da equipe da Saúde da Família, passou a praticar atividades físicas e a manter o convívio social. “Agora mudou completamente minha vida. Se eu precisar caminhar, caminho 10 quilômetros no dia e nem canso. Esse acompanhamento transformou minha rotina”, afirma.

As ações integram o programa Envelhecer com Saúde no Paraná, que reúne estratégias intersetoriais para promoção da saúde, prevenção de doenças, cuidado integral e garantia de direitos. O secretário de Estado da Saúde, Beto Preto, destaca que o cenário demográfico exige planejamento de longo prazo. “Vivemos no Paraná uma transição demográfica sem precedentes. Nosso compromisso é garantir que cada pessoa idosa esteja inserida na rede de atenção e que o cuidado chegue a todos que dele precisam”, diz.

As projeções mostram que, em 25 anos, o Paraná terá quase um terço de seus habitantes com mais de 60 anos. Serão cerca de 3,7 milhões de pessoas nessa faixa etária, frente aos atuais 17% da população, aproximadamente 2 milhões de habitantes, segundo o Ipardes - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

A Atenção Primária à Saúde é o principal ponto de entrada desse cuidado. Somente em 2024, mais de 8,6 milhões de consultas para pessoas idosas foram realizadas nas unidades de saúde. De janeiro a outubro deste ano, o número chegou a 7.935.833 atendimentos individuais.



Envelhecimento saudável ganha força na rede pública de saúde do Paraná

As equipes multiprofissionais fazem Avaliação Multidimensional da Pessoa Idosa (AMPI) e elaboram planos de cuidado individualizados, garantindo mais autonomia e qualidade de vida. A rede também utiliza instrumentos como a Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa no Paraná e o Sistema de Informação da Pessoa Idosa, que facilitam o acompanhamento clínico e o direcionamento de políticas públicas.

O impacto também é percebido por Teresinha Aparecida Bonatto, de 68 anos, que buscou os serviços municipais e passou a participar de grupos de convivência e exercícios. “Eu estava com problema de coluna e dor nas pernas. Hoje não tenho mais. Aprendi a caminhar todos os dias de manhã. Minhas pernas inchavam e doíam, mas agora não dói mais”, conta.

QUALIFICAÇÃO DA REDE DE CUIDADO – No fim de novembro, a Sesa lançou o curso introdutório Linha de Cuidado à Saúde da Pessoa Idosa no Paraná, em formato de ensino a distância. A capacitação integra as ações do Envelhecer com Saúde e inclui educação permanente, monitoramento de indicadores, inovação em sistemas de

informação e produção de materiais técnicos.

PREVENÇÃO COMO EIXO CENTRAL – Para identificar riscos clínicos e funcionais, a rede utiliza o Índice de Vulnerabilidade Clínico Funcional 20, ferramenta validada pelo Ministério da Saúde e aplicada inclusive por agentes comunitários. Mais de 4 mil profissionais foram capacitados em 2024. Mutirões de saúde atenderam cerca de 700 pessoas idosas ao longo do ano.

Segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar, 76,3% das pessoas idosas no Paraná não têm plano de saúde. O dado reforça a importância do SUS como principal garantidor do cuidado contínuo.

A diretora de Atenção e Vigilância em Saúde, Maria Goretti Lopes, ressalta que as ações estruturadas garantem resultados concretos. “Com esse conjunto de iniciativas, reforçamos que o cuidado à pessoa idosa no Paraná é baseado em qualificação técnica, sensibilidade na abordagem e continuidade do atendimento, garantindo mais autonomia, menos hospitalizações evitáveis e melhor qualidade de vida”, afirma.

AEN

Foto: Divulgação

Cresol Pioneira celebra formaturas de projetos educacionais e impulsiona o futuro de quase 1.800 alunos no Paraná

Formaturas reuniram alunos dos projetos UOPF e Mesadinha.

Foto: Divulgação/Cresol



A Cresol Pioneira celebrou, ao longo do mês de novembro, a formatura dos projetos educacionais "Um Olhar para o Futuro" (UOPF) e "Mesadinha" nas regiões Sudoeste e Noroeste do Paraná. A iniciativa alcançou 1.779 alunos de 26 escolas, representando um crescimento expressivo de 25% em relação ao número de participantes do ano anterior e reforçando o compromisso da

cooperativa com a formação de novas gerações. Os projetos, focados em temáticas cruciais como educação financeira, cooperação e sustentabilidade, buscam ir além da sala de aula, plantando sementes de consciência e responsabilidade. Essa abordagem diferenciada reflete o DNA do cooperativismo, que se destaca por sua missão de levar educação, formação e informação, atuando como

um agente transformador na realidade local. A Assessora Pedagógica Gislaine Nakano, assessora pedagógica de Loanda, destacou a relevância desses programas. “O projeto ensina sobre vários aspectos importantes, nas formaturas as crianças relatam o quanto foi importante aprender sobre finanças, temos a certeza da importância desse projeto para a comunidade escolar e

para a sociedade”. Afirmou. O presidente da Cresol Pioneira, Geraldo Maziero, reforçou o papel abrangente da cooperativa no apoio às comunidades. “A Cresol está fortemente presente nas comunidades locais, seja por meio do Fundo Social, dos projetos de relacionamento ou, como vimos agora, dos projetos educacionais. Nosso compromisso é com o desenvolvimento integral das pessoas, consolidando o cooperativismo como um modelo que realmente faz a diferença”, declarou Maziero. Com a realização das formaturas, a Cresol Pioneira reafirma seu compromisso com o futuro das comunida-

des, investindo na educação de crianças e adolescentes e consolidando seu papel como motor de desenvolvimento e inclusão social. A expectativa é que os conhecimentos adquiridos pelos alunos sirvam de base para um futuro mais próspero e cooperativo. **Sobre a Cresol** Com 30 anos de atuação, a Cresol é uma das principais instituições financeiras cooperativas do Brasil, oferecendo soluções para pessoas físicas, empresas e empreendimentos rurais. Conta com mais de 1 milhão de cooperados e presença em 952 agências de relacionamento espalhadas por 19 estados brasileiros.



Projeto de leitura, transforma rotina e impulsiona aprendizagem

O universo da leitura ganhou um importante espaço na Escola Municipal Vereador Jorge Faneco de Nova Esperança-PR. Diante da crescente influência da tecnologia, que tem afastado crianças e jovens dos livros, a turma do 4º ano A do Ensino Fundamental abraçou com entusiasmo o Projeto Hora do Livro. A iniciativa da professora Franciele Cordeiro e da diretora Elisandra Rodrigues já apresenta resultados notáveis no processo de alfabetização e letramento dos estudantes.

O projeto nasceu da necessidade urgente de despertar o interesse pela leitura, revertendo a tendência de distanciamento que a era digital impõe às crianças. Seu objetivo principal é contribuir para a aprendizagem de forma leve e significativa, considerando os diferentes níveis de desenvolvimento presentes na turma.

Leitura deleite

O coração do projeto está



em sua rotina diária e intencional. A professora dedica, em média, de 10 a 15 minutos iniciais de cada aula à chamada leitura deleite. Nesse momento, assume o papel de contadora de histórias, lendo em voz alta trechos ou capítulos de um livro até a conclusão da obra. Essa prática desperta o interesse das crianças, modela a entonação e a fluên-

cia, cria suspense e captura a atenção dos alunos, que passam a esperar ansiosamente pelo próximo capítulo. Em momentos oportunos, são apresentadas às crianças outras versões da obra — como desenhos animados, histórias em quadrinhos e adaptações cinematográficas — para que possam estabelecer comparações com a leitura apresenta-

da. Segundo a professora, o ponto de encontro favorito da turma é o Cantinho da Leitura, que se transformou no espaço mais frequentado durante os momentos livres. Ali, acontece a mágica da socialização dos livros: as crianças discutem as histórias que estão lendo, trocam exemplares entre si, demonstram curiosidade por novos títulos e se reúnem para folhear e comentar textos e ilustrações. Os alunos também têm a oportunidade de levar livros para casa durante a semana, sem prazo rígido de devolução. O controle e incentivo é feito pela professora, que estabelece apenas uma exigência: dedicar diariamente um tempo à leitura — seja uma ou duas páginas, seja um ou trinta minutos. O que realmente importa é manter a constância. Alguns estudantes chegam a ler dois ou três livros por semana. Entre os títulos mais

apreciados estão clássicos — adaptados para a faixa etária da turma — como *O Jardim Secreto*, de Frances Hodgson Burnett; *Peter Pan*, de J.M. Barrie; *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll; *Otelo*, de William Shakespeare; *Histórias de Tia Nastácia*, de Monteiro Lobato; *O Livro da Selva*, de Rudyard Kipling; *Tom Sawyer*, de Mark Twain, entre muitos outros. O projeto reforça a ideia de que o livro continua sendo uma ferramenta insubstituível na formação de leitores competentes e cidadãos críticos. Alunos em destaque e avanço no desenvolvimento Além da leitura conduzida pela professora, o projeto abre espaço para que os próprios alunos se tornem protagonistas. Em momentos específicos, eles são incentivados a ler para a turma ou a compartilhar as histórias de que mais gostaram, aprimorando suas habilidades de comunicação, desenvolvendo autoconfiança



e praticando a leitura em voz alta. O envolvimento dos estudantes tem resultado em avanços significativos no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. O projeto tem se mostrado uma ferramenta poderosa na recomposição da aprendizagem da turma, fortalecendo a base do letramento de forma lúdica e eficaz.

Profissionais do Hospital Sagrado Coração de Jesus celebram união e conquistas em confraternização de fim de ano

No último dia 11 de dezembro, quinta-feira, a equipe do Hospital Municipal Sagrado Coração de Jesus (HMSCJ) de Nova Esperança celebrou sua tradicional confraternização de fim de ano. O evento, que reuniu profissionais de diversas áreas da saúde, teve como objetivo não só comemorar as conquistas de 2025, mas também fortalecer os laços de união e colaboração entre os membros da equipe. Em um momento de refle-

xão, os organizadores destacaram a importância do trabalho coletivo: “Porque entendemos que uma equipe é a união de pessoas singulares por uma causa comum, no nosso caso, o bem-estar e a saúde do paciente. Cada um de nós traz um pouco da sua bagagem, dos seus conhecimentos, das suas especialidades, das suas habilidades”, afirmaram. A confraternização também foi uma oportunidade para os profissionais reconhe-

cerem os desafios enfrentados ao longo do ano. “Não são dias fáceis, por muitas vezes são dias de lutas, de correr contra o tempo. Porém, temos a clareza de que fazemos e damos o nosso melhor em prol da vida. E muitas vezes não atingimos o alvo, que é a vida, mas em outros momentos conseguimos fazer muito mais do que imaginávamos e fazemos juntos coisas admiráveis”, destacaram. A equipe do HMSCJ aproveitou o evento para agradecer

a todos os patrocinadores que contribuíram para a realização da confraternização, entre eles: os médicos Dr. Ali, Dr. Hudson, Dr. Luiz, Dra. Gabriela Abdallah, Dra. Maria Clara, Dra. Wiulliane, Dr. Alexandre, Dra. Mariana Prandi e Dra. Rafaela Felipe, além dos Laboratórios João XXIII e Becker, Tec Imagem, Eletromax, Sisamhil/Absolute, Hospitalar, Graça Bordim, Karyn Sales e a Enfermeira Juliane Tessorollo, Trama Criativa e Alvorada.



Equipe do Hospital Municipal Sagrado Coração de Jesus durante a confraternização de fim de ano, celebrando as conquistas de 2025 e reforçando a união e o compromisso com a saúde da comunidade.

A confraternização foi um momento de reconhecimento e celebração, mas também uma reafirmação do compromisso

da equipe com a saúde da comunidade e com a missão do HMSCJ: salvar vidas e promover o bem-estar dos pacientes.